

UNO

IDEAS LLYC

EXPLORAR. INSPIRAR.



RECUPERAR PARA TRANSFORMAR:
a **colaboração público-privada** na **nova economia**

IDEAS LLYC

O IDEAS é o Centro de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque assistimos a um novo guião macroeconómico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

O IDEAS LLYC é uma combinação global de relação e troca de conhecimento que identifica, aborda e transmite os novos paradigmas da sociedade e as novas tendências da comunicação, a partir de uma perspetiva independente.

Porque a realidade não é preto no branco, existe o IDEAS LLYC.

UNO

A UNO é uma publicação do IDEAS LLYC, dirigida a clientes, profissionais do setor, jornalistas e líderes de opinião, em que empresas convidadas de Espanha, de Portugal e da América Latina, juntamente com sócios e dirigentes da LLYC, analisam temas relacionados com o mundo da comunicação.

llorentycuenca.com
ideas.llorentycuenca.com
revista-uno.com
ivoox.com/podcast-ideas-llyc

UNO

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO
IDEAS LLYC

CONCEITO GRÁFICO E PROJETO
AR Difusión

ILUSTRAÇÕES
Marisa Maestre

Madri, maio de 2021

O IDEAS LLYC não assume necessariamente como suas as opiniões presentes nos artigos dos colaboradores habituais e convidados da UNO.

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial dos textos e das imagens contidas neste livro é estritamente proibida sem a autorização expressa do IDEAS LLYC.





SUMÁRIO

2022 n° 38

- 4 **QUEM** são os **COLABORADORES**
-
- 9 Uma **RECUPERAÇÃO** que nos **TORNE** mais **RESILIENTES**
-
- 11 **RECUPERAR** para **TRANSFORMAR**
-
- 15 A **CONVERGÊNCIA** como **OBJETIVO** do **PLANO** de **RECUPERAÇÃO**, **TRANSFORMAÇÃO** e **RESILIÊNCIA**
-
- 18 Uma **COLABORAÇÃO IMPRESCINDÍVEL**
-
- 21 **FEDERAR** a **RECUPERAÇÃO**
-
- 23 O **PODER** e o **IMPACTO** da **POLÍTICA EUROPEIA**
-
- 27 A **COLABORAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA** para a **TRANSIÇÃO ECOLÓGICA**
-
- 30 A moda **ESPAÑHOLA**, os **'NEXT GENERATION'** e a **GUERRA**
-
- 33 Os **ESTADOS** de **DIREITO DEMOCRÁTICOS SOCIAIS SEGUROS**
-
- 35 **UNO + 1 Entrevista** com Antón Costas por José Antonio Llorente
-
- 40 O **PLANO** de **RECUPERAÇÃO**, uma **VISÃO** para o **FUTURO** da **POLÍTICA INDUSTRIAL**
-
- 43 Um **SALTO** na **TRANSFORMAÇÃO ENERGÉTICA** e **DIGITAL**
-
- 46 **AMÉRICA LATINA**: uma **OPORTUNIDADE** para **ABORDAR** uma **RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL** e **INCLUSIVA**
-
- 48 A **AMÉRICA LATINA** num **MUNDO PÓS-COVID**
-
- 51 O **POTENCIAL** da **ARGENTINA** para o **DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL**
-
- 55 Uma **RECUPERAÇÃO ECONÓMICA SINUOSA**: **OTIMISMO** e **AMEAÇAS EXTERNAS**
-
- 58 **QUAL** é a sua **MISSÃO**?
-
- 61 **Prémios** conseguidos por UNO
-
- 62 **LLYC**

QUEM são OS COLABORADORES



Paloma Baena

Diretora Sênior da Unidade de Projetos Next Generation EU na LLYC. É especialista em sustentabilidade, liderança, digitalização e políticas públicas. Mestre em Administração Pública e Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Harvard. Licenciada em Direito Internacional pela Université d'Aix-Marseille III. Foi Senior Public Governance Specialist no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Deputy Division Chief na OCDE, diretora global de liderança na Save the Children internacional e VP de Alianças Estratégicas e Policy da Clarity AI. É membro do conselho consultivo da ADEVINTA Spain e protetora da Fundação Robert F. Kennedy Human Rights. É professora adjunta na IE School of Global and Public Affairs. [\[Espanha\]](#)



Joan Navarro

Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos na LLYC. Sociólogo, Professor Associado de Ciência Política e Administração na UCM. Anteriormente, foi diretor do gabinete do Ministro da Administração Pública (2004-2006). É cofundador do fórum + Democracia e autor de "Lobbying, Gestionar la influencia" em Comunicação Política, Ed. Tecno 2016, "Desprivatizar los partidos" Ed. Gedisa 2019 e "La democracia en palabras" Punto de vista Ed. 2020. Licenciado em Ciências Políticas e Sociologia pela UNED, universidade pela qual é especialista em regime jurídico e eleitoral dos partidos políticos, além de pós-graduado em Direção-Geral (PDG) pelo IESE-Universidade de Navarra. [\[Espanha\]](#)



Rafael Doménech

Responsável de Análise Económica do BBVA Research e Professor Catedrático de Fundamentos da Análise Económica na Universidade de Valência. Foi Diretor-Geral no Gabinete Económico do Presidente do Governo, Diretor do Instituto de Economia Internacional, membro do Conselho Consultivo da Universidade de Valência e investigador colaborador da OCDE, da Comissão Europeia, do Ministério da Economia e das Finanças e da Fundação Rafael del Pino. É membro honorário da Associação Económica Espanhola, membro consultivo da Fundação MasHumano, membro do Conselho Consultivo do Instituto EY - EY - Sargadoy Talento e Innovación, e diretor do Observatório de Economia Global da Escola de Organização Industrial. [\[Espanha\]](#)



Fátima Bañez

Presidente da Fundação CEOE e ex-ministra do Emprego e da Segurança Social do Governo espanhol. Foi Ministra do Emprego e da Segurança Social do Governo espanhol de dezembro de 2011 a junho de 2018. Ministra da Saúde, dos Serviços Sociais e da Igualdade, em funções de agosto a novembro de 2016. Deputada por Huelva no Congresso dos Deputados (2000-2019). Presidente da Comissão dos Assuntos Externos da Câmara Baixa (2018-2019). Membro do Conselho de Administração da Radio Televisión de Andalucía (1997-2000). Presidente da Fundação CEOE e consultora independente dos Laboratorios Rovi. Membro ativo de diversas associações e ONG, incluindo a Women Action Sustainability (WAS), que visa promover o compromisso das empresas, instituições e sociedade para com a sustentabilidade. [\[Espanha\]](#)



Ximo Puig

Presidente da Generalitat Valenciana. Em 2011, foi eleito membro do Congresso dos Deputados pelo PSOE na 10.ª legislatura para o círculo eleitoral de Castellón. Foi porta-voz da Comissão da Indústria, Energia e Turismo. Em 2014, foi eleito pelos valencianos, militantes e simpatizantes, como candidato socialista à Presidência da Generalitat, nas eleições primárias abertas. Foi candidato nas eleições regionais liderando a lista do PSPV-PSOE para a província de Castellón, tendo sido eleito deputado. Presidente da Câmara de Morella de 1995 a 2012. No campo do jornalismo, trabalhou para o jornal Mediterráneo de Castellón, na Agência EFE, na Rádio Popular e na Rádio Antena 3. [\[Espanha\]](#)



Susana del Río Villar

Membro do Comité de Peritos Independentes da UE. Doutorada em Ciência Política. Prémio Extraordinário de Doutoramento em Ciências Sociais e Jurídicas. Académica da Academia Europeia das Ciências e das Artes, Salzburgo. Diretora do Programa Integral União Europeia da DBS. Diretora do Grupo de Peritos “Convenção sobre o Futuro da Europa”; Conselheiro Académica da Fide. Embaixadora pela Paz pela Associação das Mulheres pela Paz Mundial. UE (WFPW). Autora de três livros sobre política europeia, Membro do Comité de Peritos Independentes da Comissão Europeia. Professora da UE: no Mestrado do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais. Colunista do El Correo. Atualmente, é presidente do Comité Mujer e Tennis da Federação Basca de Ténis. [\[Espanha\]](#)



Joaquín Mollinedo

Diretor-geral de Relações Institucionais, Comunicação e Marca na Acciona. Entrou para a ACCIONA em 2008; em 2011, foi nomeado diretor-geral de relações institucionais, responsável pela regulamentação, relações institucionais e meios de comunicação a nível corporativo. Em 2016, começou também a tratar das questões de marca a nível corporativo. Jurista de formação, ocupou cargos na administração pública como procurador e secretário-geral dos parlamentos regionais de La Rioja e da Comunidade de Madrid, bem como chefe de secção de estudos do Conselho Geral da Magistratura. Foi diretor de relações institucionais e regulamentação na Amena, uma empresa espanhola de telecomunicações e, posteriormente, foi nomeado secretário-geral da empresa depois de esta ter sido adquirida pela France Telecom/Orange. Foi também Secretário-Geral da Vocento. [\[Espanha\]](#)



Adriana Domínguez

Presidente Executiva Adolfo Domínguez. Ourense, 1976. Licenciada em Ciências Empresariais Internacionais pela ICADE (Universidad Pontificia de Comillas), pelo CESEM (França) e pelo The Lee Strasberg Theatre Institute, em Nova Iorque. Tem o Mestrado em Pensamento pela Escuela Contemporánea de Humanidades de Madrid. Fala cinco idiomas. É presidente executiva da empresa de moda Adolfo Domínguez. Em 2016, foi nomeada conselheira da empresa. Em julho de 2017, o Conselho de Administração delegou-lhe todos os poderes executivos, primeiro como diretora-geral, depois, como conselheira delegada (julho de 2019) e a partir de maio de 2020 como presidente executiva. Desde janeiro de 2022, preside o Observatório de Têxteis e Moda de Espanha, que reúne todas as associações e empresas do setor. [\[Espanha\]](#)



Nuno Magalhães

Diretor de Contexto Político na LLYC Portugal. Foi Secretário de Estado da Administração Interna entre 2002 e 2005. Posteriormente, foi deputado durante 14 anos, oito dos quais como presidente do grupo parlamentar CDS-PP. Foi também membro das comissões parlamentares de Economia, Inovação e Obras Públicas; Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; e Assuntos Europeus. Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, é advogado e professor universitário. [\[Portugal\]](#)



Antón Costas

Presidente do Conselho Económico e Social de Espanha. Engenheiro Técnico Industrial e Economista. Professor Catedrático de Política Económica na Universidade de Barcelona. Autor de “El final del desconcierto. Un nuevo contrato social para que España funcione”, “La nueva piel del capitalismo”; “La Torre de la arrogancia. Políticas y Mercados después de la crisis”; e “La crisis de 2008: de la Economía a la Política y más allá”. É colunista dos jornais “El País”, “La Vanguardia” e “El Periódico de Cataluña”. Na vertente empresarial, é membro dos Conselhos de Administração dos Laboratorios Reig-Jofre S.A.; Banco Mediolanum S.A. Grupo Bodegas Terras Gauda S.A. e Barnaclínic, S.A.. É também membro dos Conselhos Consultivos do Grupo Hotusa S.A., Roca Junyent Abogados S.A., Ingeus S.A. e Knowledge Sharing Network (KSNET). Foi também Defensor do Cliente da Endesa (2000-2005) e Presidente do Conselho Consultivo da Endesa na Catalunya (2005-2012), bem como diretor de várias empresas. No plano institucional, foi Presidente do Círculo de Economía (2013-2016) e foi Presidente da Fundação Cercle d’Economia (2018-2021). [\[Espanha\]](#)



Raül Blanco Díaz

Secretário-geral da Indústria e das Pequenas e Médias Empresas. É licenciado em Economia pela Universidade de Barcelona. Professor de Economia Aplicada na Universidade de Barcelona e Professor de Economia no Centro de Estudos Internacionais, Gestor de Estratégia Industrial em Direção-Geral da Indústria no Governo da Catalunya. Diretor de Desenvolvimento Económico e Emprego na Câmara Municipal de L’Hospitalet de Llobregat. Atualmente, é o Secretário-geral da Indústria e das Pequenas e Médias Empresas. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. [\[Espanha\]](#)



Paz Guzmán Caso de los Cobos

Conselheira Económica na Representação da Comissão Europeia e membro da Recovery and Resilience Task Force. É especialista em políticas públicas e desenvolvimento económico com mais de 20 anos de experiência nos setores público, privado e sem fins lucrativos. Desde setembro de 2015, é conselheira económica da Representação da Comissão Europeia em Espanha e membro da Task Force de Recuperação e Resiliência. Anteriormente, trabalhou na Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia e como economista de desenvolvimento para o MIT (J-PAL), a cooperação belga e a Comissão Europeia. Tem também um mestrado em administração pública pela Universidade de Harvard. Estudou economia internacional a nível de pós-graduação na Université Libre de Bruxelles e é licenciado em administração e gestão de empresas pela Universidad Autónoma de Madrid. [\[Espanha\]](#)



Gema Sacristán

Diretora-Geral de Negócios e membro do Comité de Gestão do BID Invest. É responsável pelas estratégias comerciais e de investimento, bem como pela criação de propostas de valor para clientes e parceiros nos setores financeiro, empresarial, infraestruturas e energia. Anteriormente, foi a responsável da Divisão de Mercados Financeiros do BID e fez parte da equipa que criou o BID Invest. Antes de se juntar ao Grupo BID, trabalhou 15 anos na banca comercial e de investimento em Londres, Madrid e Nova Iorque. Faz parte do Conselho de Administração da empresa Internet para Todos (IpT) e é membro do Grupo de Peritos em Financiamento de Comércio Externo da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Gema foi reconhecida como uma das cinquenta executivas mais destacadas da América Latina pela revista Latin Trade, é membro da Young President’s Organization (YPO) e foi nomeada First Mover Fellow pelo Instituto Aspen. [\[Estados Unidos\]](#)



José Ignacio López

Diretor-geral e Chefe da Investigação Económica na Corficolombiana. Economista da Universidad de Los Andes, com mestrado e doutoramento da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Foi economista da ANIF, Economista Chefe no Banco Santander, Investigador visitante na Reserva Federal dos Estados Unidos, Professor na escola de negócios HEC Paris, em França, e na Faculdade de Economia da Universidad de los Andes. É colunista do jornal La República e autor de vários artigos publicados em revistas económicas especializadas. [\[Colômbia\]](#)



Matías Kulfas

Ministro do Desenvolvimento Produtivo da Argentina. Licenciado em Economia e Mestre em Economia Política. Foi Subsecretário das Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Regional do Ministério da Economia e Produção (2006-2007), Diretor do Banco de la Nación Argentina (2008-2012) e Diretor-Geral do Banco Central da República Argentina (2012-2013). Em 2014, fundou a empresa de consultora “Idear Desarrollo”. Desde dezembro de 2019, é responsável pela pasta de Desenvolvimento Produtivo, cujas principais áreas de gestão são: Comércio Interno e Externo, Pequenas e Médias Empresas, Empreendedorismo, Indústria, Economia do Conhecimento e Exploração Mineira. [\[Argentina\]](#)



Daniel Schteingart

Diretor do Centro de Estudos para a Produção (CEP XXI). Chefe da Unidade Executora Especial Temporária “Argentina Productiva 2030. Plan para el Desarrollo Productivo, Industrial y Tecnológico de la Argentina”. Licenciado e Doutorado em Sociologia, Mestre em Sociologia Económica. Entre 2012 e 2017, foi bolseiro de doutoramento e pós-doutoramento no Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). A partir de 2020, é o Diretor Nacional de Estudos para a Produção (CEP XXI), cujo objetivo é realizar análises da conjuntura, estudos e investigações sobre a estrutura produtiva. Desde março de 2022, tem a seu cargo a Unidade Executora Especial Temporária “Argentina Productiva 2030”. [\[Argentina\]](#)



Andrea Villareal

Diretora do Departamento Económico na Associação de Bancos Privados do Equador (Asobanca). Mestre em Administração Pública em Economia e Política Pública pela London School of Economics and Political Science (LSE), Mestre em Finanças e Gestão de Riscos pela Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), Especialista Superior em Finanças (UASB) e Economista pela Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Atualmente, é Docente de Ambiente Económico e Macroeconomia na IDE Business School e é Diretora do Departamento Económico na Associação de Bancos Privados do Equador (Asobanca). [\[Equador\]](#)



Jordi Sevilla

Senior Advisor, membro do Conselho Consultivo e Diretor da Área Contexto Económico. É especialista em economia e política económica. Pertence ao Cuerpo Superior de Técnicos Comerciales y Economistas del Estado. Foi Chefe de Gabinete do Ministro da Economia e das Finanças (1993-1996), Ministro da Administração Pública (2004-2007), senior counselor da PwC (2009-2015), responsável da equipa económica do candidato socialista à Presidência do Governo (2015-2016) e Presidente da Red Eléctrica de España (2018-2020). Também foi professor no Instituto de Empresa (IE) e publicou inúmeros livros sobre economia e política. É licenciado em Ciências Económicas pela Universidade de Valência e é especialista em economia e política económica. [\[Espanha\]](#)



Uma **RECUPERAÇÃO** que nos **TORNE** mais **RESILIENTES**



José Antonio Llorente

Sócio Fundador e Presidente da LLYC / Estados Unidos - Espanha

A recuperação pós-pandemia é um enorme desafio para a maioria das economias mundiais. O fim da fase mais aguda do COVID-19 também coincidiu com a invasão russa da Ucrânia, que causou devastação atterradora e a morte de dezenas de milhares de pessoas, bem como efeitos perniciosos sob a forma de inflação, escassez de mercadorias e agravamento da incerteza nos mercados globais.

Apesar deste contexto sombrio de guerra, que esperamos que termine o mais rapidamente possível, os planos de recuperação económica, após dois anos anómalos de confinamento e movimento restrito, oferecem um vislumbre de alguns dos caminhos que se abrem para as administrações públicas, empresas privadas e a sociedade no seu todo. Em primeiro lugar, como esta edição 38 da UNO detalha, a União Europeia tem implementado um número sem precedentes de ferramentas destinadas não só a estimular economias problemáticas, mas também a acelerar dois processos de que a nossa atividade necessita urgentemente: uma transição verde e uma digitalização profunda. O plano Next Generation UE, com mais de 800 mil milhões de euros de investimento, será fundamental para aumentar a resiliência das economias que necessitam de um apoio sólido que lhes permita empreender reformas e investimentos que, de outra forma, teriam sido difíceis de realizar. Porque o nosso contexto político é tão complexo como o nosso contexto económico. Precisamos de recuperar e, ao mesmo tempo, de nos transformar.

“O plano Next Generation UE, com mais de 800 mil milhões de euros de investimento, será fundamental para realizar reformas que, de outra forma, teriam sido difíceis de empreender”

Como Jordi Sevilla escreve no seu artigo, estas complexidades não podem ser resolvidas apenas por governos nacionais ou empresas: “É necessário encontrar novos protagonistas e conceber novas formas de intervenção na esfera social — afirma Jordi — capazes de enfrentar desafios que são tanto globais como transversais”. Estes requerem uma nova forma de cooperação público-privada que vá além dos velhos confrontos entre governos, empresas e sociedade civil. Estes três eixos, que são fundamentais para o funcionamento das economias e democracias modernas, devem aprender a cooperar de novas formas, a criar a melhor regulamentação possível, a ordenar as necessidades sociais, a organizar estratégias que garantam o crescimento, o emprego e a sustentabilidade. Os assuntos públicos desempenharão um importante papel de intermediação nesta nova era. A LLYC criou uma unidade de Projetos Next Generation UE que, às suas atividades tradicionais de negócios públicos, acrescenta a sua compreensão do contexto de modo a alinhar os profissionais

de negócios das empresas privadas nacionais com os planos da União Europeia, do Governo espanhol e da Agenda 2030.

Este número da UNO presta especial atenção a esta nova era em que Espanha e Europa se encontram e reúne as percepções dos políticos e funcionários públicos de alto nível, empresários, bem como dos analistas e oficiais de assuntos públicos da LLYC. Contudo, o processo é global, pelo que também quisemos ver como se está a desenrolar noutra área geográfica chave para a LLYC, a América Latina, onde a pandemia, o auge dos preços e o caminho de recuperação estão a ter as suas próprias características distintivas. “Embora o horizonte não esteja completamente claro — diz Gema Sacristán do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no seu artigo, — o pior da pandemia já passou”. Apesar das suas singularidades, a recuperação na América será, tal como em Espanha e na Europa, mais lenta do que o esperado e exigirá esforços adicionais.

As incertezas globais permanecem, mas, entre elas, algumas certezas começam a surgir. Nesta questão, tentámos refletir sobre uma destas certezas: a necessidade de entrar com coragem e imaginação numa nova era de cooperação entre os setores público e privado, na qual alinhámos as ambições dos setores-chave do tecido produtivo e social com as “missões” económicas definidas pelas instituições públicas. É um desafio imenso, agravado pela presença trágica da guerra, que quisemos abordar com realismo, mas também com uma dose de esperança. Estes são tempos em que temos de ser capazes de atrair e reter o talento, ajudar novos líderes emergentes, melhorar as com-

“Nesta edição da UNO, quisemos refletir sobre: a necessidade de entrar com ousadia e imaginação numa nova era de cooperação entre os setores público e privado”

petências e a empregabilidade dos cidadãos e abordar enormes oportunidades — tal como delineado nos planos Next Generation UE — na investigação e inovação, para tornar as transições digitais e climáticas justas, para modernizar a nossa estrutura produtiva e reforçar a nossa segurança e igualdade. Este número da UNO é um contributo para este complexo processo e um apelo a todos os leitores para se juntarem a este momento apaixonante em que temos de recuperar e nos transformar.

RECUPERAR para TRANSFORMAR



Paloma Baena

Diretora Sênior da Unidade de Projetos Next Generation EU na LLYC / Espanha



Joan Navarro

Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos na LLYC / Espanha

Recuperar para Transformar nasce da profunda convicção de que nós, cidadãos, empresas e governos, estamos a enfrentar uma profunda mudança sistémica que requer novas formas de definir e encarar os desafios que enfrentamos como sociedade.

Desde a crescente desigualdade económica, política e social que impede a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, à descarbonização da economia que lutamos para manter no meio de uma crise energética global, até à luta geopolítica pela liderança tecnológica que, em grande parte, definirá o nosso futuro, **os riscos, os desafios e as oportunidades que definem esta década estão altamente interligados e são de natureza global.**

Como enfrentá-los? A realidade é que não sabemos ao certo quais são as melhores respostas e, para muitos destes desafios, faltam-nos soluções hoje. Também nos falta um mecanismo de financiamento claro: as estimativas do investimento necessário para enfrentar os desafios globais estão em números multimilionários, impossíveis de mobilizar por nenhum Estado ou nenhuma organização multilateral por si só.

No que os autores desta UNO38 concordam é que só encontraremos as respostas se mu-

“ Só encontraremos as respostas se mudarmos as ferramentas que utilizamos para as encontrar, começando por compreender o papel do Estado, do setor privado e da sociedade e, acima de tudo, a interação entre eles ”

darmos as ferramentas que utilizamos para as encontrar, começando por compreender o papel do Estado, do setor privado e da sociedade e, acima de tudo, a interação entre eles.

Se o Estado já não se pode limitar a não entorpecer, as empresas já não se podem focar exclusivamente no lucro económico. Jordi Sevilla, sob o paradigma de “missões”, aponta como os “desafios complexos exigem a ativação de esforços coordenados em torno de objetivos claros, capazes de mobilizar os recursos necessários para transformar a sociedade”.

O papel de incentivo e de regulamentação do Estado e das organizações supranacionais na orientação das finanças privadas **finan-**

“Trata-se de redefinir papéis, processos e abordagens tradicionais para catalisar soluções rumo a um objetivo comum: avançar para uma sociedade mais resiliente, inclusiva e sustentável como pilar da recuperação”

ciamento privado para a sustentabilidade e o impacto, e a resposta do setor, com um crescimento superior a 30% por ano, é um dos exemplos mais claros de progresso sob um propósito comum, compatível e mutuamente benéfico.

Um dos desafios onde esta colaboração é mais evidente é a transição climática. Joaquín Mollinedo lembra-nos que o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima (2019) prevê 240 000 milhões de euros só para a transição energética, e salienta que, com base num quadro institucional e direcional claro, “o setor privado deve proporcionar esforço de investimento e capacidade de implementação, mas também conhecimento e inovação, com um horizonte de médio e longo prazo alinhado com o interesse geral”.

“Quem soma ganha”, argumenta Ximo Puig, salientando que na Generalitat Valenciana, “a empresa lidera e o Consell tem desempenhado o papel de catalisador de iniciativas: reunindo PME e empresas impulsionadoras; interligando setores; e envolvendo todo o ecossistema inovador”.

Raül Blanco exemplifica isto através dos PERTE, que, pela conceção, incentivam “a união de projetos e a consolidação de empresas de dimensões muito diferentes, que têm de trabalhar em conjunto - trazendo a sua expe-

riência e dimensão - na definição e realização de um grande projeto global”.

A visão da América Latina partilhada por Gema Sacristán, juntamente com Matías Kulfas e Daniel Scheingart entre outros autores, aponta para a necessidade de “*passar de medidas defensivas e com objetivos a curto prazo para uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo*” o que, por sua vez, torna imprescindível a colaboração entre os setores privado e público, dada a limitada margem de manobra das políticas monetária e fiscal.

Isto também requer, sem dúvida, reformas estruturais. *Rafa Domenech exemplifica isto no quadro do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência de Espanha, afirmando que “o seu efeito sobre o potencial de crescimento a longo prazo da economia dependerá da natureza transformadora dos investimentos e da sua interação com as reformas estruturais, especialmente na medida em que possam aumentar a quantidade e a qualidade do emprego, e melhorar a produtividade”.*

Fátima Bañez lembra-nos que, se saímos de crises recentes, foi “através da colaboração, do diálogo e da vontade de alcançar acordos que conduzam à melhoria do bem comum”. Marilyn Márquez deixa-nos com um roteiro prático na procura desses pontos de acordo e colaboração.

Poderá encontrar estas e muitas outras reflexões de autores destacados nestas páginas. Às quais acrescentamos, como não podia faltar, a perspectiva multilateral.

É mais necessário do que nunca avançar para normas comuns e regulamentos integrados entre países que partilham valores semelhantes. A fragmentação regulamentar, seja no ambiente ou na economia digital, só nos enfraquece, gerando incerteza, diminuindo a ino-

vação partilhada e minando o nosso posicionamento geopolítico num mundo onde blocos dramaticamente diferenciados estão de novo a emergir. Do mesmo modo, o financiamento conjunto de programas de investimento e inovação, tais como os IPCEI a nível europeu, tornar-se-á cada vez mais comum, de modo a poder enfrentar grandes transformações em matéria energética ou de infraestrutura digital. Mesmo que isto envolva, como tem sido o caso do instrumento Next Generation, a emissão de dívida conjunta e mancomunada entre países que nem sempre estão de acordo quanto ao resto.

“Nada disto é utópico, pelo contrário. Começamos a vê-lo de forma concreta e mensurável no quadro do instrumento Next Generation EU”

Nada disto é utópico, pelo contrário. Começamos a vê-lo de forma concreta e mensurável no quadro do instrumento Next Generation EU ou na resposta à invasão russa da Ucrânia. Como salienta Susana del Río, “Recuperação e transformação estão a unir as suas vertentes para alcançar uma redefinição do projeto europeu, centrado num modelo constitucional sumário”.

No entanto, este impulso, que também alavanca o incentivo financeiro, não será por si só suficiente. Os novos modelos de colaboração requerem mudanças profundas para se tornarem uma realidade para além dos choques externos. Precisamos de uma cultura a nível de administração pública mais aberta e inovadora. Que a transformação do papel das empresas como atores na sociedade vai além dos dados de ESG para fazer parte do ADN da sua governação corporativa e do mandato perante os seus acionistas. E que os mecanismos de colaboração público-privada sejam incentivados e gerados de forma expressa e consistente. Em suma, trata-se de redefinir papéis, processos e abordagens tradicionais para catalisar soluções rumo a um objetivo comum: avançar para uma sociedade mais resiliente, inclusiva e sustentável como pilar da recuperação.



A **CONVERGÊNCIA** como **OBJETIVO** do **PLANO** de **RECUPERAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO** e **RESILIÊNCIA**



Rafael Doménech

Responsável de Análise Económica do BBVA Research e Professor Catedrático de Fundamentos da Análise Económica na Universidade de Valência / Espanha

A pandemia do COVID-19 evidenciou, mais uma vez, alguns dos pontos fracos estruturais da economia espanhola. Como mostra o Gráfico 1, ao longo das últimas quatro décadas, a lacuna espanhola em termos do PIB por pessoa em idade ativa em relação aos Estados Unidos e aos países mais avançados da UE (E8) manteve-se relativamente estável (quase 40 pontos em relação aos EUA e ligeiramente menos de metade em relação ao E8), com alterações associadas à situação cíclica destas economias.

Espanha perde rapidamente nas recessões tudo o que ganha em convergência nas expansões. Após a Grande Recessão e a crise da dívida soberana, Espanha entrou numa nova fase de convergência, reduzindo a sua lacuna de rendimento per capita com os EUA em 7 pontos percentuais e com o E8 em quase 5 pontos percentuais, e em termos relativos ainda melhor do que em 2007, no ciclo expansionista anterior. Contudo, a crise do COVID-19 foi novamente mais intensa em Espanha do que nas economias avançadas de referência.

“ A pandemia pôs em evidência algumas das debilidades estruturais da economia espanhola. A Espanha perde rapidamente em recessões todos os ganhos de convergência feitos em expansões ”

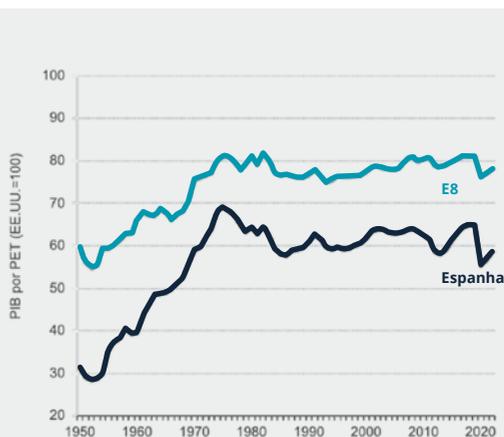


Gráfico 1:

PIB por pessoa em idade ativa, 1950-2022.

Fonte: elaboração própria com base na OCDE e Comissão Europeia. E8 inclui Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia e Reino Unido.

“O sucesso do PRTR dependerá tanto do sucesso dos investimentos como da ambição das reformas a adoptar e do calendário de implementação”

Neste contexto, o Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR), aprovado em 2021, representa uma oportunidade sem precedentes para potenciar o processo de convergência da economia espanhola, para além do que possa contribuir para a sua recuperação cíclica durante os anos da execução do Plano.

O desafio é enorme por várias razões. Em primeiro lugar, porque, quando a recuperação da pandemia ainda não estava completa, surgiu o risco de outra crise associada à invasão russa da Ucrânia.

Em segundo lugar, porque a convergência com as economias mais avançadas deve ser retomada no meio de um processo de disrupção digital e de transição energética para economias neutras em emissões de gases com efeito de estufa.

E terceiro, porque a lacuna no PIB por pessoa em idade ativa é explicada em partes quase iguais pelo maior desemprego e pela menor produtividade estrutural de Espanha em comparação com os EUA e a E8.

Estas duas últimas razões justificam o foco do PRTR em investimentos que permitam alcançar os objetivos digitais e ambientais, ao mesmo tempo que é acompanhado por uma condicionalidade que obriga Espanha a adoptar uma vasta gama de reformas estruturais agrupadas em 30 componentes.

O sucesso do PRTR dependerá tanto do sucesso dos investimentos como da ambição das reformas a adotar e do calendário de execução. Dada a complexidade do Plano, como se viu em 2021, o lançamento das convocatórias, manifestações de interesse e PERTES, a sua licitação ou execução foram mais lentos do que o previsto no final de 2020 nos Orçamentos Gerais do Estado.

Continua a não existir informação suficiente para estimar quanto destes fundos europeus conseguiu chegar à economia real, quanto mais para quantificar com precisão quantos décimos do crescimento do PIB de 5,1% em 2021 podem ser explicados pelo Plano. Com todas as cautelas, as estimativas preliminares sugerem que o seu impacto seria inferior a meio ponto do crescimento em 2021. Por conseguinte, a maior parte da execução e do impacto do Plano concentrar-se-á em 2022 em diante.

A avaliação ex-ante dos efeitos dos investimentos do PRTR através de simulações em modelos macroeconómicos (ver Boscá et al., 2021) sugeria que estes poderiam contribuir até 3% do PIB em 2025, em comparação com um cenário de base sem fundos, assumindo que Espanha executará todos os subsídios potencialmente disponíveis e 50% dos empréstimos. A avaliação ex-post dos efeitos dos investimentos realizados será mais reveladora.

A execução não dependerá só da concessão dos projetos de investimento. Em muitos deles, onde o investimento privado alavancado está previsto, será também condicionado pela procura por parte das empresas e das famílias. Além disso, como vimos ao longo de 2021, a existência de estrangulamentos, constrangimentos nas cadeias de produção mundiais e maior aperto no mercado de tra-

balho (com setores e profissões a aumentar o número de vagas por preencherem relação ao desemprego), exacerbada pelas atuais pressões inflacionistas e pela crise energética e de matérias-primas, pode levar a atrasos na execução, à repetição de convocatórias para que a procura satisfaça a oferta de fundos disponíveis, ou para que uma parte dos investimentos se destine ao estrangeiro, com efeitos de PIB mais baixos face a um aumento das importações.

“Continua a não existir informação suficiente para estimar quanto destes fundos europeus conseguiu chegar à economia real”

O efeito sobre o potencial de crescimento a longo prazo da economia espanhola dependerá da natureza transformadora dos investimentos e da sua interação com as reformas estruturais, especialmente na medida em que possam aumentar a quantidade e a qualidade do emprego e melhorar a produtividade.

A título de exemplo, um pacote de reformas que aumentasse permanentemente a taxa de emprego em 10 pontos durante a década atual (recorde-se que a taxa média de desemprego em Espanha foi de 16,9% entre 1980 e 2019, antes da pandemia, em comparação com 6,7% no E8) permitiria aumentar o PIB por pessoa em idade ativa em 12,4 pontos a longo prazo. No entanto, pelo menos por enquanto, a reforma do mercado de trabalho de 2021 não foi suficientemente ambiciosa para resolver os seus problemas estruturais e avançar para uma maior flexibilidade, como nos países da Europa Central e do Norte. Resta saber se outras medidas PRTR, políticas ativas do mercado de trabalho ou melhoria de capital humano são capazes de acelerar e consolidar não só a convergência da taxa de emprego de Espanha para a das economias mais avançadas, mas também a da sua produtividade.

Uma COLABORAÇÃO IMPRESCINDÍVEL



Fátima Báñez

Presidente da Fundação CEOE e ex-ministra do Emprego e da Segurança Social do Governo espanhol / Espanha

Há pouco mais de dois anos, a sociedade espanhola enfrentou um desafio sem precedentes na sua história recente. A pandemia do COVID-19 atingiu-nos duramente, ceifando dezenas de milhares de vidas e paralisando uma grande parte da população nas suas vidas pessoais e profissionais.

Nenhuma das gerações que convivem em Espanha tinha enfrentado uma situação como esta, e, mesmo assim, conseguimos enfrentá-la através de um louvável exercício de responsabilidade e solidariedade. Porque o fizemos unidos e plenamente conscientes de que a palavra “crise” evoca tanto o risco como a oportunidade de fazer as coisas de forma diferente. Para as tornar melhores.

A experiência da década anterior tinha-nos mostrado que era possível.

A Espanha entrou em 2020 tendo passado um duro teste que começou em 2008, com o colapso do setor financeiro mundial. Dois anos mais tarde, em 2010, a incerteza estava a aumentar os custos associados à dívida pública e, pela primeira vez, a sustentabilidade do euro foi posta em causa.

Em ambos os casos, a Espanha foi um dos países mais duramente atingidos por uma tempestade económica que destruiu milhões de postos de trabalho e centenas de milhares de empresas. Desde então, enveredámos por um longo e difícil caminho de renúncias e sucessos, mas também aprendemos uma valiosa lição: juntos somos mais fortes. Somar é avançar.

“Os fundos europeus de recuperação tornaram-se para a UE e especialmente para a Espanha a pedra angular para a transformação da nossa economia”

Seria ingénuo pensar que a saída dessa crise foi mérito dos governos, quando a colaboração, o diálogo e a vontade de alcançar acordos que levassem à melhoria do bem comum foram o verdadeiro pilar que nos ajudou a sustentar a recuperação. O melhor exemplo foram os acordos entre parceiros sociais que permitiram salvar postos de trabalho e empresas, e provaram ser a chave para que a Espanha recuperasse a confiança dos seus vizinhos europeus.

A chegada da pandemia reafirmou a nossa crença na necessidade de diálogo, coordenação e, sobretudo, na capacidade transformadora das parcerias público-privadas.

Assim, enquanto a resposta da sociedade civil espanhola foi exemplar desde o início, as empresas, num exercício de responsabilidade, estavam à altura da tarefa de chegar a um consenso com a Administração e de colocar a sua vocação de solidariedade ao serviço das pessoas. A Fundação CEOE estava consciente da tarefa que tinha pela frente e avançou para canalizar essa solidariedade empresarial e os diferentes níveis da administração.

Portanto, no mês de março de 2020, ativámos o programa Empresas que Ayudam, e mais tarde, o Plano Sumamos. Saúde + Economia, os dois eixos com os quais construímos um canal para que todas as iniciativas promovidas pelas empresas, os trabalhadores independentes, as PME e as grandes empresas conseguissem chegar à sociedade.

Primeiro, fornecendo ajuda material e económica aos grupos mais necessitados durante os piores meses do confinamento, e depois, ajudando nos testes e na vacinação.

Só o Plano Sumamos mobilizou mais de 25 000 empresas e beneficiou diretamente mais de um milhão de pessoas. Algo que não teria sido possível sem os acordos de colaboração com o Governo central e as 14 comunidades autónomas, que representam 95% da população espanhola.

Mas, tal como dizia que a crise traz consigo tanto riscos como oportunidades, esta pandemia desencadeou uma resposta europeia sem precedentes também. Para a UE e especialmente para Espanha, os fundos europeus de recuperação tornaram-se a pedra angular para a transformação da nossa economia. Já não se trata apenas de sair de uma recessão económica, mas sim de propiciar a economia do futuro que queremos. Mais tecnológica, mais sustentável, mais inclusiva e produtiva, para que os empregos que gera tenham maior valor acrescentado e qualidade.

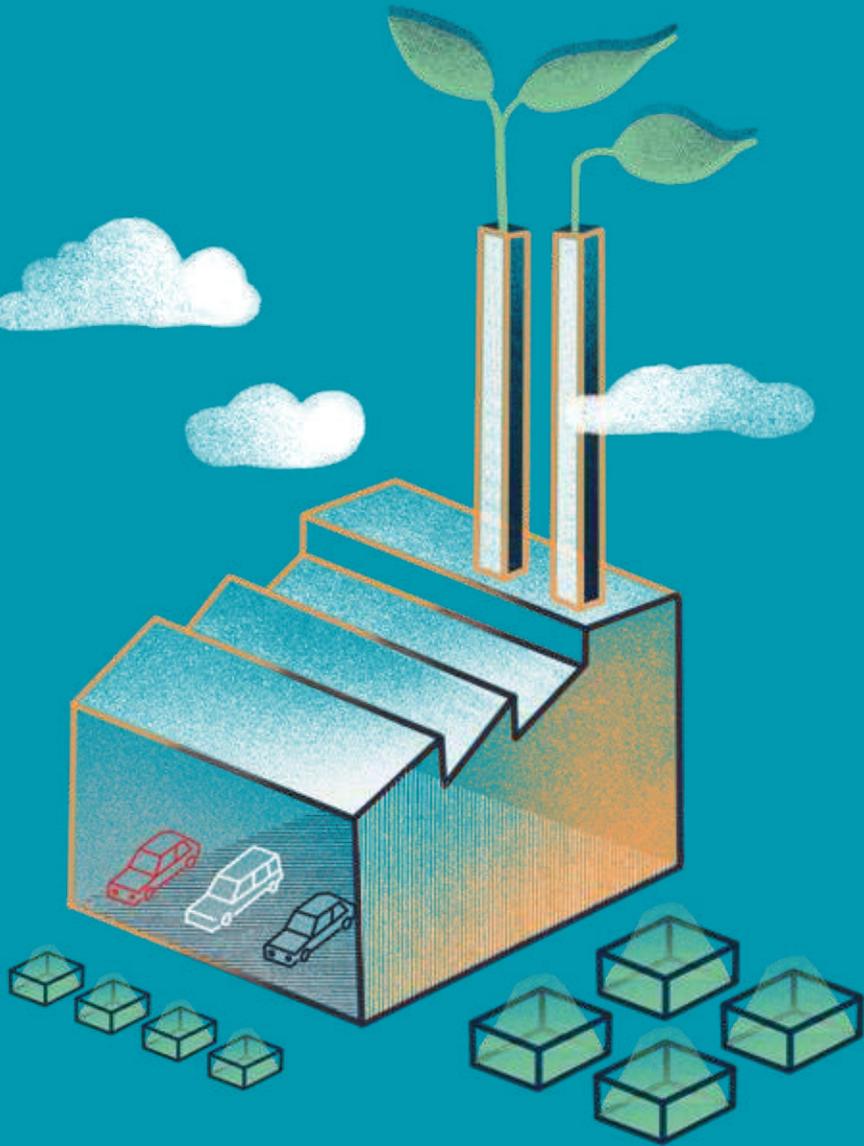
Mais uma vez, esta distribuição de fundos envolve parcerias público-privadas para a sua execução. O nosso país tem, portanto, 150 mil milhões de euros à sua disposição para moldar o seu futuro através do trabalho conjunto de administrações e empresas. Esta forma de entendimento merece ser reforçada para benefício de todos.

“A Espanha tem 150 mil milhões de euros à sua disposição para moldar o seu futuro com base no trabalho conjunto de administrações e empresas. Vale a pena reforçar esta forma de entendimento para benefício de todos”

Entretanto, não nos podemos esquecer da trágica invasão russa da Ucrânia. E, com isso em mente, a Fundação CEOE reativou o mesmo esquema de colaboração público-privada em resposta à necessidade de responder ao desafio de solidariedade colocado pela emergência humanitária provocada pela guerra na Ucrânia. Espanha quer ajudar os milhares de famílias deslocadas que chegam às nossas fronteiras, e as empresas têm um papel importante a desempenhar neste esforço.

Mas não se trata apenas de atuar em situações de emergência social e humanitária. Trata-se de fazer mais. A sociedade civil quer liderar o seu próprio processo de mudança, de transformação. O futuro do nosso país passa por atrair e reter todo o talento, e melhorar as competências e a empregabilidade dos desempregados, para conseguir empregos de qualidade. São objetivos que só podem ser alcançados se contarmos com as empresas, e que aumentarão a competitividade da economia espanhola e a prosperidade de milhões de negócios.

Voltando à ideia inicial, como aprendemos durante a crise financeira, como a pandemia nos recordou, e agora que a guerra na Ucrânia acaba de confirmar, tudo o que temos de enfrentar ou queremos alcançar será bem-sucedido e perdurará no tempo se for feito através do diálogo e da escuta de todos, porque, somando todas as vontades, multiplicamos sempre pelos espanhóis.



FEDERAR a RECUPERAÇÃO



Ximo Puig

Presidente da Generalitat Valenciana / Espanha

“A vida só pode ser compreendida olhando para trás, mas deve ser vivida olhando para a frente”. Sublinhei esta frase num compêndio de aforismos e parece ter sido escrita por Kierkegaard para o presente momento. O presente mergulha-nos numa guerra, numa pandemia, num planeta em emergência climática e num autoritarismo que se alimenta da agitação social e se baseia naquele triplo “p” contra as democracias que Moisés Naím sintetiza: populismo, polarização e pós-verdade. No entanto, é olhando para trás que compreendemos certos aspetos. E, cingindo-se ao tema desta monografia – a recuperação –, o retrovisor mostra-nos uma boa notícia: tudo mudou desde a Grande Recessão de 2008.

Perante os cortes, a negligência e o “cada um por si” da altura, nesta crise pandémica, emergiu um keynesianismo inteligente nas instituições. A Europa está de volta ao seu melhor espírito federal. Com a dívida mutualizada, com o plano Marshall dos fundos europeus, com a compra e distribuição de vacinas. Também Espanha, com a co-governança, aprofundou esse caminho. O desafio tem escala global, mas as comunidades autónomas são essenciais num jogo que é jogado em dois campos principais: a criação de emprego e o fortalecimento do bem-estar. Sublinho agora cinco coordenadas desta grande transformação económica, tecnológica e ambiental, e como as estamos a gerir na Comunidade Valenciana.

“A par da digitalização e sustentabilidade, existe um terceiro pilar para esta década de oportunidades que a Europa está a abrir: a resiliência”

1. Reindustrializar. Após décadas de deslocalização míope, Bruxelas está a dar-nos uma oportunidade histórica de reindustrialização através do Next Generation EU. Desde antes da pandemia, temos vindo a trabalhar para nos posicionarmos nos setores críticos que a Comissão Europeia quer potenciar. Dessa reflexão, surgiram iniciativas, juntamente com o setor privado, tais como a Aliança Valenciana de Baterias, para reforçar a cadeia de valor do automóvel; a Estratégia Valenciana de Hidrogénio Verde, para reduzir a dependência energética nas nossas indústrias fundamentais, tais como o azulejo; ou a promoção de setores intensivos em conhecimento intensivo — tais como o aeroespacial —, um complemento essencial à nossa indústria tradicional. Os resultados já são visíveis. A decisão da Volkswagen de construir uma fábrica gigante de baterias em Sagunt aponta o caminho para a reindustrialização. Por um lado, reforça as bases do tecido já estabelecido; por outro, coloca-nos na vanguarda de uma revolução tecnológica e torna a Comunitat Valenciana um polo inovador no sul da Europa no que diz respeito à nova mobilidade sustentável.

2. Novo Estado do Bem-Estar. A par da digitalização e da sustentabilidade, existe um terceiro pilar para esta década de oportunidades que a Europa está a abrir: a resiliência. A pandemia obrigou-nos a reagir a duas velocidades. Com as emergências iniciais, fretámos aviões com material médico e expandimos as capacidades hospitalares. Agora, a obrigação é estrutural. Estamos imersos na implantação de um novo Estado do Bem-Estar valenciano com o maior investimento do nosso governo autónomo para a reforma e construção de hospitais, centros de saúde e centros sociais e de saúde (com os planos Crèixer + e Convivint, respetivamente) e também no fator humano: o reforço estrutural dos quadros de pessoal para além das necessidades pandémicas. Essa é a “Normalidade Melhorada” que o Covid nos deve deixar.

3. Colaboração público-privada. O Diálogo Social é a pedra angular da Via Valenciana e reverte numa força: a estabilidade. É a base que conduz à criação de emprego e à geração de riqueza que é depois redistribuída pela sociedade. Primeiro, criar, depois, repartir. Por esta ordem, como nos recorda Mariana Mazzucato. Depois de ter acordado o roteiro para a recuperação na Comunitat Valenciana nos acordos “Alcem-nos” e de ter definido a Estratégia Valenciana para a Recuperação seis meses após o início da pandemia com 410 projetos que aspiravam a fundos europeus, a Generalitat e as empresas valencianas já apresentaram 592 iniciativas às manifestações de interesse dos ministérios, que significariam quase 13 000 milhões de euros de investimento. E um dado relevante: 75% das iniciativas são promovidas pela empresa. A empresa lidera. E o Consell tem desempenhado um papel de catalisador de iniciativas: reunindo PME e empresas impulsionadoras; interligando setores; e envolvendo todo o ecossistema inovador. Quem soma, ganha nesta década decisiva.

4. Mais co-governança. A pandemia tem sido uma máquina para criar federalistas. Mas há sempre espaço para melhorias. Por isso, sugiro três propostas para uma maior governação partilhada no Plano de Recuperação. Primeira: incluir PERTE autonómicos para apoiar setores estratégicos mesmo que estejam hiper-concentrados num território, como a indústria de azulejos de Castelló. Segunda: dar mais peso às regiões autónomas no planeamento, na programação e na gestão do segundo bloco do Mecanismo de Recuperação, que começa em 2024. Por exemplo, passando de 50% a 75% do fundo a ser gerido pelas comunidades. E a terceira: potenciar a participação autónoma na conceção dos PERTE ligados ao seu território, a fim de tirar partido do conhecimento e da proximidade.

5. É a eficiência, estúpido. Esta última coordenada é essencial. Urge substituir a imagem de uma Administração obstrutiva pela de uma Administração cooperadora. Desde o funil da burocracia que multiplica trâmites até à alavanca pública que multiplica oportunidades. Mais uma vez, Mazzucato. Saliento três iniciativas jurídicas lançadas pela Generalitat. Por um lado: a simplificação administrativa para agilizar a gestão dos fundos europeus. Por outro lado: após a emergência energética, a agilização da utilização de energias renováveis com um decreto-lei expresso para acelerar a transição energética. E, por último, um Plano Reativo de combate à inflação, com ajudas para empresas e famílias, e com medidas de eficiência energética. Nesta década, seremos julgados pelo profissionalismo na gestão. Face aos populismos que simplificam problemas complexos, os governos devem resolver estes desafios de forma eficiente. É, muito simplesmente, a gestão. Entendendo desde o passado e vivendo rumo ao futuro.

O PODER e o IMPACTO da POLÍTICA EUROPEIA



Susana del Río Villar

Membro do Comité de Peritos Independentes da UE / Espanha

A União Europeia está a mostrar o seu poder político de forma tangível na recuperação e na transformação económica e social. A pandemia e a guerra na Ucrânia estão a atuar como catalisadores e aceleradores de respostas.

As instituições, como referência contínua e firme para implementar política, estão a mostrar a sua capacidade de tomar decisões que estão a forjar a UE do século XXI. É também importante destacar o poder interinstitucional, os meandros que permitem às instituições trabalhar de forma sincronizada, somando e criando sinergias.

Perante as críticas, tornadas tópicos, de que a UE é lenta a tomar decisões, é agora que podemos afirmar com orgulho em ser europeus que a UE está a reagir, a decidir e a responder com agilidade, contundência e projeção.

Quando o Covid 19 chegou, os representantes das instituições europeias estavam conscientes de que tinham de procurar formas de dar luz verde a um Plano de Recuperação europeu. Ao mesmo tempo, a União Europeia foi capaz de coordenar uma campanha de vacinação europeia, um plano com uma dimensão sanitária supranacional, sem ter competência em matéria de saúde.

O delineamento do Plano de Recuperação europeu significou para a UE a entrada num novo processo de ação política associada à económica que é em si mesmo um marco europeu. Creio que podemos afirmar que o que está a

“A União Europeia mostra o seu poder político de uma forma tangível na recuperação e transformação económica e social”

acontecer é um reforço do processo de integração europeia dentro da sua própria integração. Ao mesmo tempo, nesta governação europeia a vários níveis, observamos como as forças de união estão sincronizadas com os pontos de vista de cada Estado-membro em relação a si próprio. É aqui que a soberania europeia sobrevoa os círculos concêntricos de pertença e pertenças; de cidadania múltipla e de múltiplas cidadanias. Nesta linha, é de notar que uma política da UE a vários níveis deve ser acompanhada por políticos capazes de olhar tanto a nível nacional como europeu num modelo de governação que combine espaços, tempo e cores políticas.

Os fundos de recuperação foram chamados Next Generation EU. Embora seja verdade que, no início, pode ter parecido um nome com um toque de marketing talvez demasiado explícito, o tempo estabeleceu gradualmente a sabedoria de conceitos que têm a solidariedade intergeracional e a responsabilidade partilhada como eixos.

Os fundos indicam dois vectores, o Pacto Verde Europeu e a Digitalização, juntamente

com os eixos da igualdade e do crescimento e da coesão social.

A sustentabilidade, enraizada nas políticas ambientais, estende-se à necessidade de sustentabilidade sustentável em todos os parâmetros: institucional, político, empresarial, financeiro, académico e comunicativo. Só se a sustentabilidade for estruturada de forma transversal é que a sociedade será capaz de avançar face aos grandes desafios do nosso tempo.

A recuperação e a transformação económica andam de mãos dadas na forma de identificar os pontos fortes de cada empresa e estabelecer um plano de negócios que combina o que funciona com a incorporação de instrumentos que permitam a implementação de vectores centrados na transição ecológica, na transição digital ou em ambas.

No lançamento da primeira dívida conjunta europeia, é essencial observar o processo de decisão institucional com atenção ao trabalho interinstitucional a que me referi no início. A política da UE é moldada pela procura do consenso e compreende melhor o poder do debate para encontrar soluções baseadas na transversalidade.

A guerra na Ucrânia está a pressionar a UE a tomar decisões que podem não ter estado em cima da mesa durante anos. As respostas da União Europeia e o seu posicionamento na política multilateral estão a tornar claro que a UE precisa de uma verdadeira política externa. No tabuleiro de xadrez da globalização, a UE está a embarcar numa viagem rumo à autonomia estratégica precedida por uma bússola para indicar onde se situa o seu percurso. A guerra na Ucrânia está a produzir uma aceleração da realização estratégica e a UE já está a treinar e a jogar, a competir

“As respostas da UE à guerra na Ucrânia e o seu posicionamento na política multilateral estão a dar visibilidade à necessidade da UE de uma verdadeira política externa”

e a lutar, ao vivo. O despertar da Europa geopolítica é um facto.

A verdadeira ameaça de Vladimir Putin ao nosso modelo de integração, à democracia e à economia traz consigo uma revisão e um ajuste tanto dos parâmetros da economia europeia como de um acompanhamento ainda mais minucioso na avaliação dos fundos de recuperação europeus.

Um marco a ser levantado é a aprovação do mecanismo que liga a receção dos Next Generation EU ao cumprimento do Estado de direito. Esta importante ação política liga a receção dos fundos ao respeito pelos valores estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que está juridicamente vinculada pelo Tratado de Lisboa. Esta conquista conduz ao aprofundamento político da UE e reforça, assim, a sua própria razão de ser.

Recuperação e transformação estão a unir as suas vertentes para conseguir uma redefinição do projeto europeu. Face à desintegração que poderia resultar do olhar de cada Estado sobre si próprio e os seus interesses, o contexto internacional torna mais visível do que nunca a aceitação de que a UE funciona e que a sua evolução se deve basear, por exemplo, num elevado debate sobre o

nascimento da união fiscal europeia. Tudo se centra numa soberania europeia combinada com as soberanias nacionais. Nesta complementaridade, destaca-se a referência ao modelo constitucional da UE enraizado na Constituição de cada um dos seus Estados. Um modelo constitucional sumativo.

“O poder integrador dos cidadãos é vital no processo de integração do nosso projeto europeu”

Na Conferência sobre o Futuro da Europa, as questões para o futuro foram trazidas à ribalta. O poder da política europeia está a ser utilizado na criação de tendências que permitam a génese, o desenvolvimento e a implementação da política e das políticas concretas a curto, médio e longo prazo, que definam e causem impacto em todas as esferas. Seguindo as pegadas de Robert Schuman, a UE continua a dar um passo de cada vez e, neste período turbulento, está a dar passos gigantescos. O modelo político europeu está a dar um novo passo através de políticas concretas, que afetam os cidadãos, baseadas na solidariedade de facto.

A viagem de ida e volta entre a decisão da UE e a resposta de cada Estado-membro está a conduzir uma nova política baseada numa resposta coordenada conjunta. Os cidadãos, através da democracia representativa, devem ver-se representados em todas estas decisões. O poder integrador dos cidadãos é vital no processo de integração do nosso projeto europeu.



A COLABORAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA para a TRANSIÇÃO ECOLÓGICA



Joaquín Mollinedo Chocano

Diretor-geral de Relações Institucionais, Comunicação e Marca na Acciona / Espanha

Durante os últimos anos, a sociedade espanhola mostrou-se cada vez mais consciente da importância de preservar o capital natural e climático e da necessidade de um sistema económico que garanta a sua manutenção e regeneração de forma adequada. No domínio da energia, isto requer um modelo de eletrificação da energia e descarbonização da eletricidade que garanta ainda — particularmente, em Espanha — a segurança do abastecimento, cuja importância tem sido tragicamente demonstrada pelos terríveis acontecimentos de guerra das últimas semanas.

A experiência tem demonstrado que o desafio da transição ecológica não pode ser abordado apenas pelo setor público, nem em termos de capacidade nem de volume de recursos. As instituições podem orientar o processo e o setor privado tem um papel a desempenhar na execução dos investimentos necessários, em resposta aos sinais regulamentares e económicos emitidos na esfera pública.

Nesta divisão de papéis necessária, cabe ao setor público:

- Estabelecer as grandes prioridades coerentes com os objetivos ambientais e climáticos nacionais, que, por sua vez, devem corresponder razoavelmente aos objetivos estabelecidos a nível europeu e internacional.
- Influenciar as expectativas das empresas, em particular, assegurando a irreversibilidade do processo face aos enormes riscos e custos da inação.

“O setor privado deverá fornecer a maior parte do esforço de investimento para a transição verde, com cerca de 190 mil milhões de euros”

- Seguir os princípios de boa regulamentação estabelecidos na legislação espanhola e europeia, respeitando os critérios de necessidade e proporcionalidade.
- Garantir a necessária estabilidade regulamentar e segurança jurídica para os setores investidores que devem promover a transição, a fim de evitar sinais confusos ou contraditórios que poderiam distorcer o processo e favorecer a manutenção do *status quo*.
- Procurar assegurar uma rentabilidade razoável que estimule e favoreça o investimento em infraestruturas e tecnologias sustentáveis. Devem ser infraestruturas e tecnologias facilitadoras que possibilitem as mudanças de comportamento associadas aos sinais de preços (faz pouco sentido incentivar o consumo de energias limpas se o investimento em geração renovável não for promovido; faz pouco sentido promover veículos elétricos se não houver as infraestruturas ou os serviços de carregamento suficientes).

- Assegurar que a tributação e outros instrumentos de política fiscal e orçamental garantam a internalização nos preços das externalidades climáticas e ambientais.
- Determinar um ritmo de transição económica e socialmente aceitável, mas sempre coerente com a urgência do desafio. A necessidade de períodos de transição não pode ser utilizada como desculpa para o atraso.
- Gerir a dimensão social do processo, assegurando uma compensação razoável aos grupos mais vulneráveis que possam ser afetados, com uma abordagem de transição justa.

Nos Estados compostos, como Espanha, também é fundamental uma coordenação adequada entre as Administrações Públicas. As ações de cada uma delas devem ter em conta o quadro jurídico das instituições relevantes e as suas ações devem ser realizadas de forma harmonizada e coordenada, procurando assegurar que sejam coerentes com o interesse público em todas as suas dimensões.

Com base neste quadro institucional, o setor privado deve desenvolver a sua atividade contribuindo com esforço de investimento e capacidade de execução, mas também conhecimento e inovação, com um horizonte a médio e longo prazo, com o objetivo final de alcançar estes fins de interesse geral da forma mais eficiente possível num contexto competitivo e favorável ao investimento.

Os números relativos ao investimento necessário são elevados: o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima (2019) prevê 240 000 milhões de euros só para a transição energética. De acordo com o acima exposto,

“A transição verde requer investimento em novas instalações e infra-estruturas e, por conseguinte, processos de revisão ambiental”

estima-se que o setor público terá de investir cerca de 50 000 milhões de euros (principalmente infraestruturas e subsídios), enquanto o setor privado deverá fornecer a maior parte do esforço de investimento, com cerca de 190 000 milhões de euros. A correta interligação entre o público e o privado determinará se essas previsões podem ser realizadas, em particular, com base numa conceção adequada de subsídios e infraestruturas que assegure a máxima indução do investimento privado.

As parcerias público-privadas podem ser implementadas através de uma variedade de canais e ferramentas jurídicas. É importante que os instrumentos legais necessários existam e sejam acessíveis. Outros países aplicam, há muito tempo, fórmulas que permitam, com as salvaguardas necessárias, uma colaboração estreita e construtiva entre os setores público e privado: considere-se os procedimentos de concurso de “livros abertos” ou a possibilidade de o setor privado fazer propostas para projetos futuros (“iniciativas privadas”) em áreas onde existe interesse público e rentabilidade suficiente para o investidor. Entretanto, em Espanha, a mera adjudicação de concessões comuns há muito que se tornou praticamente inviável, uma vez que tem sido condicionada ou dificultada por requisitos regulamentares de utilidade pública questionável.

Por último, a transição ecológica requer investimento em novas instalações e infraestruturas e, por conseguinte, processos de revisão ambiental. É essencial que estes sejam aplicados com rigor e seriedade: Espanha é um país com uma grande riqueza natural que é imprescindível preservar. É igualmente necessário que esses processos internalizem o impacto ambiental do investimento para prevenir as alterações climáticas, cujo efeito protetor ambiental a médio e longo prazo é indubitável. Isto exige que estes processos de revisão ambiental sejam associados a recursos humanos e materiais proporcionais à importância e urgência do desafio climático-ambiental e que sejam assegurados tempos de processamento razoáveis. Não devemos associar o rigor necessário destes processos a atrasos no tempo necessário para a sua resolução; é possível realizar análises ambientais exigentes ou mais dentro de prazos razoáveis se estiverem disponíveis os recursos necessários para os mesmos.

“A colaboração público-privada deve procurar “o melhor dos dois mundos”. A simbiose do funcionamento público e privado independente, mas colaborativa ”

Em suma, a colaboração público-privada deve procurar “o melhor dos dois mundos”. A simbiose do funcionamento público e privado independente, mas colaborativa. Cada um dos agentes contribuirá com o seu potencial de

modo a alcançar as maiores sinergias possíveis entre eles. Estes foram os alicerces sobre os quais se construiu a posição da Europa em matéria climática, e a sua continuidade e o seu reforço serão também fundamentais para assegurar que a próxima fase da transição ecológica (ainda mais delicada do que a anterior) decorra de forma suave e eficaz.

A moda **ESPAÑHOLA**, os **'NEXT GENERATION'** e a **GUERRA**



Adriana Domínguez

Presidente Executiva Adolfo Domínguez / Espanha

A Espanha é uma potência internacional em moda, tanto por suas marcas como pela singularidade e a força de suas empresas. Mas, na atualidade, nos encontramos em um entorno de incerteza, devido aos efeitos macroeconômicos acelerados pela guerra da Ucrânia. Inflação, mercados fechados, incremento dos custos da energia elétrica, do petróleo e da logística acrescentam problemas e anormalidade econômica. A situação vai gerar grande impacto nos balanços, que já vêm de dois anos de pandemia e uma certa hibernação econômica.

O setor têxtil tem um grande desafio pela frente. Pela primeira vez em sua história as 20.000 empresas que o formamos, das quais 86% são PMEs e 12% são micro PMEs, se uniram sob um único organismo, o Observatório Têxtil e da Moda, para enfrentar e abordar sua transformação juntos.

Na Adolfo Domínguez nos acostumamos a navegar em águas turbulentas e, sobretudo, a sair fortes disso. Tivemos que mudar nosso enfoque para passar de um esquema mental de resiliência, a um esquema novo e mais adaptado aos tempos, de anti-fragilidade. As dificuldades são boas para acelerar a mudança, adaptar-nos e ser relevantes na economia atual. Estamos nos transformando em uma empresa do futuro, moderna e humana ao mesmo tempo. Definitivamente, sustentável. Colocamos nosso plano de impacto positivo no coração de nossas decisões. Tanto com

“As dificuldades chegam para acelerar a mudança, adaptar-nos a ser relevantes na economia atual”

a seleção e certificação de matérias primas, que é o *core* de nosso negócio, como com muitas outras iniciativas que o acompanham. Um exemplo disso reside na renovação das lojas, projetadas com critérios de artesanato e quilômetro zero. Também, desenvolvemos um projeto denominado *Vista-se de árvore*, que se baseia no projeto de peças criadas com a marca *TENCEL™ Lyocell*, uma fibra.

A União Europeia (UE) debate se estabelecer novos fundos que amortizem os efeitos da guerra da Ucrânia, a inflação e o desabastecimento. Desde o Governo espanhol se estuda se nossa indústria têxtil é ou não merecedora de um impulso de modernização. Poderia ser uma oportunidade para atrair a instalação de novas tecnologias e plantas de reciclagem de roupa; para reter e aumentar o emprego. Um impulso para a sustentabilidade na que nós já confiamos.

Além disso, o *nearshoring* (trazer a produção para a proximidade) impulsionaria a criação de novas plantas e a realocação de processos produtivos que, por sua vez, se globalizaram. Existem grandes oportunidades se os fundos

Next Generation se fixam nisso e a UE é capaz de enfrentar a crise bélica com novas contribuições específicas. Uma crise encadeada, mas diferente da do coronavírus.

Nós, que completamos 40 anos de *A ruga é bela* e 25 anos como empresa decana do setor na Bolsa, sabemos da importância de adaptar-se aos tempos. Nos ajustamos aos novos hábitos de nossos clientes, por exemplo, o aumento da informalidade no vestir e a vestimenta *gender fluid*, a forma em que chegamos

A Espanha deve apostar em nosso setor porque assegura e gera emprego no país, demonstrando sua viabilidade e robustez, e porque gera marcas daqui, marcas de país. Mas tem sérios desafios pela frente. Esperamos que o apoio a nossas empresas sirva para que se adaptem a um entorno complexo, mas cheio de oportunidades.

“Estamos nos transformando em uma empresa do futuro, moderna e humana ao mesmo tempo. Definitivamente, sustentável”

ao mercado (novas omnicanalidades como venda por WhatsApp e *social life shopping*), com novos rituais nas lojas *brick and mortar* tradicionais, com mais patronagens diversas por morfologia e positividade de todos os corpos, com peças certificadas que asseguram a traçabilidade e os selos sustentáveis.



Os ESTADOS de DIREITO DEMOCRÁTICOS SOCIAIS SEGUROS



Nuno Magalhães

Diretor de Contexto Político na LLYC Portugal / Portugal

No início deste século, há vinte e dois anos apenas, inspirados em Fukuyama, autoproclamando-se como o “último homem” da evolução sociocultural e herdeiro da “última” forma de governo – a democracia liberal – o “europeu” caminhava euforicamente para uma Europa cada vez mais unida, capaz de atingir a “paz duradoura” a que se tinha proposto, integrar doze novos Estados de Leste, inimigos há pouco mais de uma década, oferecer-lhes um modelo económico e de Estado alicerçado numa moeda única e até, discutia-se então, congregados numa única federação.

Das três, só esta última não se realizou, muito por força da teimosia de franceses e irlandeses que o rejeitaram em referendos internos, e da oposição de um Reino Unido sempre entre a Europa e a América, mas a vitória deste modelo, político, económico e social, parecia tão esmagadora quanto inevitável. À luta pelo Estado de Direito dos séculos XVIII e XIX e à consagração dos direitos, liberdades e garantias, seguiu-se uma outra no século seguinte, capaz de mais do que reconhecer a existência de direitos dos cidadãos perante o Estado, proclamar um conjunto de princípios universais a que acresciam novos direitos como a saúde, a educação, a cultura ou o bem-estar. Assim foram criados os Estados de Direito Democráticos e Sociais das democracias liberais ocidentais, como modelo de “última geração,” que providenciavam aos cidadãos qualidade de vida como o mundo nunca vira. Aborrecidos de tanto conquistar, os “europeus” decidiram afirmar os seus valores

“A verdade é que os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR), parecem hoje, e antes mesmo da maioria dos Estados da União Europeia os começar a executar e muito menos de deles beneficiar, um mero ponto de partida”

“aqui e além-mar”, convencidos que o mundo “só pula e avança” na direção certa.

Enganaram-se e dentro da própria “casa”. Estados-membros houve que retrocederam neste processo, e foi a União a primeira a reconhecê-lo com condescendência, a mesma que encarraram alguns “vizinhos” perigosos, e, nem um quartel de século decorrido, os “tempos e os ventos” parecem ter mudado. Depois de uma pandemia inesperada, mas ainda assim “migrada” de Oriente, a Europa, ou a União Europeia para ser factual, reagiu à altura dos Tratados e, ao contrário do início do século e quanto aos ditos PIGS¹, foi capaz de centralizar a distribuição de vacinas e reagir economicamente através da concessão de um conjunto de fundos europeus como nunca tinham sido vistos, na “bazuca” cuja designação, hoje porventura não tão adequada, parecia corresponder à dimensão do engenho.

¹ Portugal, Italy, Greece and Spain.

A Europa dava apoios, os empréstimos mantinham-se acessíveis, os juros, e os preços, baixos, e tudo parecia “ir ficar bem” como se anunciava. Eis que, e porque a História parece ser teimosa em repetir-se, uma das isoladas, mas vizinhas, “democracias iliberais”² parece ter alterado todos os planos de sucesso. O Império Russo “contra-atacou” e consigo trouxe incerteza ao anunciado século da paz e da prosperidade. É certo que vivemos numa sociedade digital em que tudo se altera e transforma rapidamente, mas ninguém, em benefício de quem desempenha funções públicas, poderia supor a realidade que enfrentamos e a Europa parece ter regredido setenta anos. O crescimento económico, que tinha sido mais ou menos uma constante, parece abrandar definitivamente e os preços aumentam como há muito não se via. Esta circunstância, como quase tudo nos nossos tempos, simplificada numa palavra – estagflação – “decretou” o “fim do dinheiro barato” que suportou o nosso crescimento das últimas décadas e parecia ser suficiente para aguentar a pandemia³. A verdade é que os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovados em meados de 2021 recorde-se, parecem hoje, e antes mesmo da maioria dos Estados da União Europeia os começar a executar e muito menos de deles beneficiar, um mero ponto de partida, para não dizer documentos históricos.

Aqui chegados, “navegar à vista” e “viver dos juros” de um Estado Social que foi criado pelo esforço e pelo talento de gerações de europeus seguramente não chegará, e será preciso muito mais do que gerir os impactos do dia-a-dia, pois mais do que combater o aumento dos cereais, da energia ou dos combustíveis, será preciso visão e alma para encarar os desafios com que nos deparamos. Resistir à exposição europeia da economia russa⁴; integrar milhões de pessoas, muitas delas qualificadas, que tiveram de fugir da guerra; reforçar as verbas dos orçamentos na Defesa; combater o crescimento dos custos de contexto; injetar investimento reprodutivo na economia e manter os Esta-

“Europa dava apoios, e tudo parecia “ir ficar bem” como se anunciava. Eis que, e porque a História parece ser teimosa em repetir-se, uma das isoladas, mas vizinhas, “democracias iliberais” parece ter alterado todos os planos de sucesso”

dos Sociais, não será tarefa fácil. Até porque, os impostos têm fim, muitos Estados já estão para além desse fim, e as exigências dos cidadãos cresceram numa área dispendiosa – a segurança, que já não exige “apenas” material bélico, mas também segurança energética, alimentar, económica e até a cibersegurança e a segurança espacial⁵. É por isso que o debate dos últimos dias, nomeadamente em Portugal, parece já não ser tanto acerca do PRR que temos, mas sim do PRR que teremos de ter, pois o século XXI, para nossa surpresa, não será o dos Estados de Direito Democráticos e Sociais, mas sim da construção dos Estados de Direito Democráticos Sociais e Seguros...

² Termo tão recente quanto inconsequente.

³ Reserva Federal Americana anunciou esta semana o aumento das taxas de referência dos juros nos Estados Unidos repartido por sete vezes, o que terá seguramente repercussão nas economias europeias.

⁴ 50 mil milhões de euros só entre França e Itália. 15 mil milhões para Portugal.

⁵ Não por acaso Charles Michel, o Presidente do Conselho Europeu, em Versailles falava na segurança espacial como um desafio europeu. Porque é tão necessária como dispendiosa.

UNO + 1 Entrevista

com Antón Costas por
José Antonio Llorente



Antón Costas

Presidente do Conselho Económico e Social de Espanha / Espanha

Antón Costas (Vigo, 1949) é um dos principais economistas espanhóis. É autor de um amplo trabalho sobre política económica, reformas institucionais, processos de liberalização e situação económica e política em Espanha e na Europa, e é Professor Catedrático de Política Económica na Universidade de Barcelona. Mas também desempenhou um papel notável à frente de instituições da sociedade civil — foi presidente do Cercle d’Economia — e de organismos oficiais: hoje, é presidente do Conselho Social e Económico do Governo espanhol.

Nesta conversa, revisitamos algumas das questões que abordou no seu último livro, “Laberintos de la prosperidad”: a relação potencialmente criativa e benéfica entre o mercado e o Estado, a necessidade de ter boas empresas que criem bons empregos, a transformação digital e ecológica sob a égide dos fundos europeus e, sobretudo, os desafios de forjar uma economia inclusiva que ele descreve como “um novo contrato social centrado nos bons empregos”.

P. Nos últimos anos, alguns grupos sociais não só perderam a prosperidade, como perderam as expetativas de a encontrar novamente. No seu último livro, “Laberintos de la prosperidad”, falou da renovação do contrato social para voltar a encontrar essa prosperidade inclusiva. Que tipo de contrato social é necessário para reativar a economia de uma forma justa?

R. Precisamos de um contrato social que combine uma economia vibrante e inovadora e uma sociedade justa de forma equilibrada. Para isso, este contrato social deve centrar-se na criação de bons empregos, para mais pessoas e em mais partes do país. Caso contrário, a falta de expetativas e oportunidades vividas por muitas pessoas, especialmente em cidades pequenas e médias e no mundo rural, levará a uma sociedade muito conflituosa e a uma política polarizada e autoritária.

A ideia de contrato social surgiu da resposta à seguinte pergunta: O que é que faz uma sociedade liberal e pluralista, com um sistema de economia de mercado a funcionar harmoniosamente, para que o crescimento se reconcilie com o progresso social e que a democracia evite cair na barbárie? Isto não se consegue de forma automática com a economia de mercado.

É necessária uma “cola” social, um compromisso moral e político de quem está bem dentro do sistema para com quem se arrisca a ficar para trás ou, em muitos casos, nas sarjetas da falta de emprego e de rendimentos para levar uma vida digna e educar os seus filhos.

No passado, essa cola foi o contrato social pós-Guerra Mundial, centrado na redistribuição e na construção dos três pilares do atual Estado Social. Hoje em dia, na medida em que a desigualdade e a pobreza provêm principalmente da falta de empregos ou dos maus empregos, precisamos de um contrato social centrado na fase de produção, onde os empregos são criados e os salários são fixados. Também na fase de pré-produção, com uma boa educação e formação profissional dupla na qual as empresas têm uma responsabilidade fundamental e incontornável.

P. Talvez outra das coisas que precisamos de renovar seja a visão dicotomizada do Estado e do mercado. Temos de imaginar novas formas de cooperação entre o Estado e o mercado, entre o setor público e o privado. Como vê essa relação?

R. Essa dicotomia é maniqueísta e profundamente perturbadora. Numa sociedade liberal, o mercado e o Estado não são mecanismos rivais, mas complementares. O desenvolvimento económico moderno não pode ser explicado sem a combinação de ambos. Mas não só com ambos. A prosperidade tem um terceiro pilar: a comunidade. Recentemente, Raghuran Rajan, um célebre economista da Universidade de Chicago e ex-presidente do Banco da Índia, publicou um livro no qual tenta explicar as causas do profundo mal-estar e polarização existentes nos Estados Unidos. O próprio título é ilustrativo da tese que sustenta: “The Third

Pilar. How Markets and the State Leave the Community Behind”. Também em Espanha, ao longo dos últimos trinta anos, esquecemos aqueles que, por todo o país, foram prejudicados e relegados pelas consequências da desindustrialização. Temos de devolver oportunidades e expectativas de progresso às comunidades que vivem em pequenas e médias cidades e no mundo rural. Para isso, precisamos de políticas industriais, de inovação e de desenvolvimento centradas nas comunidades. Não é uma tarefa fácil, mas é essencial se quisermos voltar a reconciliar crescimento com progresso social.

P. Há também algumas ideias que, durante muito tempo, vimos como uma dicotomia e que certamente não o são: por um lado, a eficiência económica. Por outro lado, a justiça social. Agora, sabemos que ambas as coisas podem e devem andar de mãos dadas.

R. A ideia de que uma sociedade mais equitativa só pode ser alcançada à custa da redução da eficiência da economia é outra dicotomia frequentemente utilizada no debate público e político, que sabemos, agora, ser falsa. Quando tirei a minha Licenciatura na universidade, fui obrigado a ler e aprender sobre a chamada lei de Okun: um economista norte-americano muito preocupado com a desigualdade, mas que ficou surpreendido ao descobrir que os dados que conseguiu tratar nos anos 1970 mostravam que havia uma relação inversa entre sociedade justa e eficiência económica. É a famosa imagem do bolo, quer para o repartir melhor sob pena de não crescer, quer para, mais tarde, ver como se reparte melhor. Agora, há pouco mais de cinco anos, utilizando os melhores dados e técnicas estatísticas que Okun pôde utilizar, sabemos que não é o caso: uma sociedade mais justa leva a uma economia mais eficien-

te, inovadora e produtiva. Creio que é uma verdadeira “epifania”, uma revelação muito importante e ainda pouco conhecida.

P. E parte do problema a resolver é o do emprego. A geração de bons empregos por parte de boas empresas. Como conseguimos recuperar os bons empregos cuja ausência é uma das causas da sensação de mal-estar sentida por partes significativas da sociedade?

R. Comprometendo-nos com a criação de bons empregos, para mais pessoas e em mais lugares do país. A pergunta é: Quem cria emprego? Em primeiro lugar, as boas empresas. Temos de promover e incentivar a existência de boas empresas. Para isso, temos de reforçar a capacidade inovadora e a produtividade do amplo tecido empresarial, em muitos casos, liliputiano, e do setor terciário. Em segundo lugar, a quantidade de emprego também depende de uma boa gestão da procura agregada da economia, especialmente nas fases de recessão. Na recessão de 2008, gerimos mal, com a chamada “austeridade”, e o emprego e a atividade económica mergulharam no poço negro da depressão durante cinco anos, sem precedentes. Na recessão pandémica de 2020, gerimos bem, o emprego não entrou em colapso e a atividade económica recuperou rapidamente. Temos de tirar boas lições destas duas experiências. Cada vez que gerimos mal as crises nos últimos trinta anos, e permitimos que as recessões durassem muitos anos, acrescentámos mais uma camada de desemprego de longa duração. Espero que, agora, tenhamos aprendido a não o voltar a fazer.

P. Agora, após a pandemia, estamos a entrar numa fase que esperamos que seja de recuperação económica, mesmo que a guerra na Ucrânia o dificulte em grande medida. Mas também coincide com duas enormes transformações: por um lado, a ecológica e, por outro, a digital. Que desafios e possibilidades vê nesse duplo processo?

R. Como isto coincide com uma nova era de guerra e com um prolongado conflito geopolítico e instabilidade nas cadeias de abastecimento globais e uma grave perturbação dos preços das mercadorias, teremos de encontrar soluções de compromisso adequadas entre os processos de digitalização e descarbonização e assegurar a continuidade da atividade económica e do emprego.

São momentos para recordar aquela máxima de Santo Agostinho nas suas “Confissões” quando pedia ao Senhor que “lhe concedesse a castidade, mas não já”. Com a descarbonização, algo semelhante irá acontecer-nos. A ideia de uma digitalização e uma descarbonização “justa” é poderosa, mas não é fácil de alcançar. Insisto mais uma vez na necessidade de políticas centradas nos lugares que prestem especial atenção aos impactos territoriais da descarbonização e que não nos aconteça o que aconteceu com a desindustrialização do final do século passado.

No que respeita à digitalização, as novas tecnologias podem ser utilizadas para substituir empregos humanos ou para melhorar a capacidade de inovação e produtividade das pessoas. Não há nenhum fatalismo nisto. Depende da orientação que dermos à direção da mudança tecnológica. Na minha opinião, o fundamental é atingir rapidamente a alfabetização digital básica do conjunto da população.



P. Qual a sua opinião sobre a disseminação de ferramentas europeias inovadoras, tais como os fundos europeus? Acha que mostram que aprendemos com lições passadas e que podemos fazer as coisas de uma forma mais imaginativa?

R. A decisão de criar os fundos europeus “Next Generation” é um “momento hamiltoniano” da UE. Com esta expressão, refiro-me a Alexander Hamilton, o primeiro Secretário do Tesouro dos EUA na administração de G. Washington, que conseguiu a comunitarização da dívida dos Estados após a Guerra da Independência, a emissão da primeira dívida federal e a implementação de políticas industriais, de inovação e desenvolvimento que forjaram a grande nação que os Estados Unidos são hoje.

Penso que os fundos Next Generation UE, a emissão de dívida europeia e as novas políticas industriais e de inovação estratégicas são esse “momento hamiltoniano” da UE. Uma velha máxima clássica diz que nunca há ventos favoráveis para quem não tem rumo. Os fundos Next Generation são um extraordinário vento favorável para a transformação da economia privada e do setor público espanhol. Agora, precisamos de definir bem o rumo dessa transformação.

P. No final, a questão é sempre: Como podemos utilizar a economia, as ideias económicas, as ferramentas que nos dá, para o bem comum?

R. Os meus professores da Faculdade, em particular, os Professores Fabián Estapé e Ernest Lluch, ensinaram-me que, devidamente utilizada, a economia é uma alavanca extraordinária para o bem comum. Acredito que sim. Os governos podem fazer muito e bem ao bem-estar das pessoas. E a combinação de uma economia dinâmica e vibrante com uma sociedade justa é a melhor combinação para voltar a civilizar o capitalismo, reconciliando-o com o progresso social e a democracia. É uma grande tarefa por fazer. E penso que o podemos fazer. Como os nossos pais e avós fizeram após a Grande Depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial: com um novo contrato social agora centrado nos bons empregos.

O PLANO de RECUPERAÇÃO, uma VISÃO PARA o FUTURO da POLÍTICA INDUSTRIAL



Raúl Blanco

Secretário-geral da Indústria e das Pequenas e Médias Empresas / Espanha

crise social, económica e sanitária que vivemos, e na qual ainda estamos imersos, embora com claras perspectivas de recuperação, atingiu a indústria espanhola e a maior parte dos setores económicos do nosso país. Esta crise veio juntar-se às tensões comerciais — principalmente, mas não só, entre os EUA e a China — e à diluição do multilateralismo e da governação global. E é agravada pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa que, para além de consequências dramáticas para a vida e os bens dos ucranianos, tem um impacto direto extraordinário na Europa, na União Europeia e em Espanha. E, longe de ser contida, pode até piorar.

Nesta situação, em março de 2020, a Comissão Europeia propôs a estratégia industrial “Um novo modelo industrial para a Europa” e, em maio de 2021, a sua “Atualização do novo modelo industrial 2020: Construindo um Mercado Único mais sólido para a recuperação da Europa”, que incorpora as lições da crise, salientando a importância da indústria no reforço da capacidade de resiliência económica e na aceleração da dupla transição através da manutenção e criação de empregos.

A pandemia pôs em evidência os pontos fortes e expôs as fraquezas da nossa economia e do nosso sistema produtivo. Salientou também os problemas de dependência externa de materiais básicos e sublinhou a necessidade urgente de reforçar a base industrial europeia e espanhola.

“A pandemia pôs em evidência os pontos fortes e expôs as fraquezas da nossa economia e do nosso sistema produtivo”

A União Europeia, e Espanha, devem desenvolver regulamentos para tornar a indústria europeia mais resiliente e robusta. E desenvolver instrumentos para canalizar investimentos que estimulem a competitividade da indústria, modernizem o seu tecido produtivo, reforcem a sua capacidade de gerar emprego de qualidade, promovam a sua eficiência energética, aumentem a sua capacidade de inovação e comprometam-se com a transição para uma economia circular que favoreça uma mudança de hábitos e um comportamento consciente dos consumidores.

Porque a indústria espanhola enfrenta novos desafios e potenciais dificuldades, tais como problemas nas cadeias de abastecimento. Enfrentamos a conjuntura inflacionista e as subidas acentuadas de preços industriais e de produtos finais que está a causar. E as atuais tensões geopolíticas no Leste da Europa estão a acrescentar complexidade ao contexto em que a indústria e a economia em geral se desenvolvem e exigem a máxima prudência por parte de todos.

Face a isto, a entidade industrial europeia e espanhola foram colocadas na vanguarda da prioridade e são um vetor-chave do plano europeu de recuperação económica, Next Generation EU, que facilita investimentos massivos para reforçar e encurtar as cadeias de valor industriais e para reposicionar de forma inteligente e estratégica a produção na Europa e em Espanha, bem como para aproveitar as novas oportunidades oferecidas pelo próximo impulso de novos setores industriais. Isto terá de ser acompanhado das competências e capacidades necessárias nos recursos humanos para fazer face a essas mudanças.

Este instrumento deverá ajudar-nos a enfrentar o cenário atual que, para além da guerra comercial (da última administração Trump), uma pandemia global (que, para além de milhões de mortos, levou à hibernação das nossas economias e a profundas mudanças sociais e geoestratégicas) e, finalmente, até à data, uma guerra com uma energia nuclear (e principal fornecedora de recursos energéticos e uma grande parte de algumas matérias-primas), que invadiu um país soberano que era fonte de produtos básicos e matérias-primas importantes para a Europa.

Uma Europa que, embarcada num plano de recuperação, tomou medidas económicas importantíssimas (juntamente com outros países da comunidade internacional) sob a forma de sanções e vetos sobre a Federação Russa, que agravarão as perspetivas económicas mundiais (quaisquer que sejam).

“Os PERTE são um dos elementos-chave e mais inovadores para materializar o apoio à indústria e à transformação do nosso tecido produtivo”

Apoio e programas de impulso

Nesta conjuntura, e para contribuir para os objetivos expostos, em particular, o reforço e a melhoria da competitividade da indústria e a modernização do nosso tecido empresarial, a Secretaria Geral da Indústria e das PME (SGI-PYME) promoveu um instrumento de apoio e acompanhamento: os Projetos Estratégicos para a Recuperação e Transformação da Economia (PERTE) como esquema de colaboração público-privada para a transformação do nosso modelo de produção.

Os PERTE são um dos elementos-chave e mais inovadores para materializar o apoio à indústria e à transformação do nosso tecido produtivo. É um esquema baseado no conceito dos Grandes Projetos de Interesse Europeu (IPCEI) — que tanto sucesso está a ter a nível da UE em campos como as baterias, o hidrogénio ou a microeletrónica — e que permite canalizar ajudas públicas para o desenvolvimento de um âmbito determinado, ao qual os interessados se devem candidatar como grupo. O processo começa com a identificação dos diferentes níveis das cadeias de valor que conduzem ao cumprimento do objetivo determinado. Depois disso, e como se pode ver, por exemplo, nas regras do PERTE VEC, estes níveis agrupam-se, de acordo com a sua natureza, em blocos interligados aos quais as empresas do agrupamento se devem candidatar.

Este novo conceito de ajudas públicas, que requer uma cooperação eficaz entre empresas e o resto dos agentes da cadeia de valor de um determinado setor, é uma alavanca imbatível para unir projetos e consolidar empresas de dimensões muito diferentes, que têm de trabalhar em conjunto, contribuindo com a sua experiência e dimensão, na definição e realização de um objetivo como um todo conjunto e único: o projeto impulsor global.

“O financiamento destes projetos deve favorecer um elemento que se torna cada vez mais relevante: a autonomia estratégica aberta a nível nacional e europeu”

O financiamento destes projetos deve favorecer um elemento que se torna cada vez mais relevante: a autonomia estratégica aberta a nível nacional e europeu. Potenciar a soberania industrial no mercado interno, que é a nossa joia da coroa, para a segurança, a prosperidade e o bem-estar dos nossos cidadãos.

O Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência atua, portanto, com uma perspetiva para enfrentar as consequências da pandemia, com o objetivo de aproveitar os fundos Next Generation EU para reforçar cadeias de valor industrial em Espanha com plena ligação europeia e, cada vez mais relevante, atua para reforçar as nossas capacidades industriais face a ameaças futuras. E esperamos que deixe um legado ainda pouco visível: a mudança definitiva da política industrial espanhola para projetos estratégicos de massa crítica e de elevado impacto tecnológico e territorial.

Um **SALTO** na **TRANSFORMAÇÃO ENERGÉTICA** e **DIGITAL**



Paz Guzmán

Conselheira Económica na Representação da Comissão Europeia e membro da Recovery and Resilience Task Force / Espanha

A Europa deu uma resposta enérgica à pandemia do COVID-19, e emergiu assim mais forte na sua unidade para enfrentar os desafios atuais, incluindo os decorrentes da invasão russa da Ucrânia e do aumento dos preços da energia.

Em julho de 2020, a União Europeia deu um novo passo na sua história e criou o NextGenerationEU, um instrumento de apoio fiscal à escala da UE com um potencial de 5% do PIB da UE. Fê-lo de uma forma inteligente e corajosa: incentivando a maior transformação estrutural da economia europeia que já conhecemos e assegurando um elevado nível de investimento destinado a acelerar a transição verde e digital. Com isso, a UE tornou-se o maior emissor mundial de obrigações verdes. O fundo, dotado de 750 mil milhões de euros (a preços de 2018), tem no seu coração o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que financia investimentos e reformas acordados com os Estados-membros através de subsídios e empréstimos. O objetivo é mitigar o impacto da pandemia e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resistentes e melhor preparadas para os desafios e as oportunidades das transições ecológica e digital.

O Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência de Espanha foi aprovado pelo Conselho em julho de 2021 com uma dotação de subsídios não reembolsáveis de 69 512 milhões de euros, quase 6% do PIB de Espanha em 2019. Até 2026, Espanha espera investir

“A Espanha aprovou uma Lei sobre Alterações Climáticas e Transição de Energia que estabelece por lei o objetivo de neutralidade climática até 2050, incluindo um sistema elétrico 100% renovável”

27,8 mil milhões de euros na transição climática com grandes investimentos em eficiência energética, transportes sustentáveis, energias renováveis, preservação da biodiversidade e gestão de água e resíduos. Espanha aprovou uma Lei sobre Alterações Climáticas e Transição Energética que estabelece por lei o objetivo de neutralidade climática até 2050, incluindo um sistema elétrico 100% renovável.

Na frente digital, são esperados investimentos no valor de 19,5 mil milhões de euros em digitalização da administração pública, competências digitais e inclusão digital, digitalização da indústria, inteligência artificial, cibersegurança e conectividade. O Plano também investe na resiliência económica e social do país, a fim de reduzir a elevada taxa de desemprego — em particular, o juvenil —, reduzir a elevada proporção de trabalhadores com contratos temporários e combater o baixo crescimento da produtividade. Assim, o plano investe na promoção de sistemas educativos eficazes e inclusivos para reduzir a taxa de abandono escolar precoce. Estão a ser feitos investimentos



substanciais para melhorar as capacidades dos trabalhadores e para modernizar o sistema de ensino e formação profissional.

O Plano aborda as recomendações específicas feitas a Espanha pelo Conselho, em 2019 e 2020, que incluem, entre outras, a necessidade de melhorar o desempenho do mercado de trabalho, reduzir o abandono escolar, aumentar a capacidade de inovação e tornar a despesa pública mais eficiente e sustentável. Alguns peritos estimam que o impacto na economia das reformas comprometidas poderia ser claramente superior ao dos investimentos.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência introduz o financiamento por objetivos, que proporciona transparência e prestação de contas na utilização do financiamento. A Decisão de Execução do Conselho define uma lista de 416 marcos e objetivos que Espanha deve cumprir para receber o financiamento acordado numa série de oito desembolsos previstos até 2026. Os marcos e objetivos permitem-nos acompanhar o progresso das reformas e dos investimentos. São claros, realistas e fornecem à administração pública, à sociedade civil e aos legisladores informações sobre os propósitos dos investimentos e os resultados alcançados. Em última análise, o instrumento oferece um quadro de financiamento baseado em resultados, que enriquece o sistema de finanças públicas, favorecendo avaliações ex-ante dos programas de despesas, a definição de indicadores de desempenho, as avaliações ex-post e revisões de despesas dos principais programas. O Plano espanhol adapta, em grande parte, esta filosofia de financiamento baseada em resultados, ao incluir medidas para tornar a despesa pública mais eficiente e sustentável. As revisões da despesa contribuirão para melhorar a qualidade e eficiência da despesa pública espanhola, o que permitirá a sua reorientação para um maior crescimento e uma despesa mais amiga do ambiente e orientada para a luta contra as alterações climáticas.

“ Na frente digital, são esperados investimentos no valor de 19,5 mil milhões de euros na digitalização ”

Para que o Plano seja um sucesso, terá de ser devidamente implementado pela administração pública a todos os níveis. O poder legislativo também tem um papel importante a desempenhar com a aprovação de um elevado número de leis listadas como reformas no Plano. O envolvimento positivo da sociedade civil e do setor privado também será necessário. Em particular, a contribuição do investimento privado conferirá ao Plano um caráter nitidamente transformador. A Comissão estima que, para financiar a transição para zero emissões líquidas, a UE necessita de um investimento de cerca de 390 mil milhões de euros por ano até 2030, muito aquém do que o investimento público pode proporcionar. O financiamento privado é necessário para colmatar a lacuna no financiamento. Além disso, o setor privado pode melhorar o quadro regulamentar, participando nas consultas públicas e dando feedback sobre a forma como as convocatórias estão a ser desenvolvidas.

A implementação efetiva do Plano deverá permitir a Espanha dar um salto extraordinário no caminho da sua transformação energética e digital, melhorar o seu capital humano e o seu desenvolvimento económico e social. A oportunidade de transformação existe, os instrumentos estão em vigor, os objetivos estão definidos. A invasão russa da Ucrânia apenas reforça a necessidade de implementar o NGEU e acelerar a transição verde e digital na Europa.

A Comissão Europeia apoiará certamente Espanha neste caminho de recuperação e transformação da sua economia.

AMÉRICA LATINA: uma OPORTUNIDADE para ABORDAR uma RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL e INCLUSIVA



Gema Sacristán

Diretora-Geral de Negócios e membro do Comité de Gestão do BID Invest / Estados Unidos

Estamos todos a recuperar pouco a pouco. A América Latina também. A pandemia atingiu duramente uma região que, apesar de vir de um crescimento aparentemente sólido em termos nominais, não era, de facto, tão sólida tendo em conta a velocidade com que o castelo de cartas se desmoronou. O PIB da região caiu 6,8% em 2020, segundo dados da Cepal, retalhando o tecido social e aumentando ainda mais a desigualdade económica e social histórica.

Felizmente, e embora o horizonte ainda não esteja completamente limpo, o pior da pandemia já passou. A América Latina cresceu 6,3% no ano passado graças à dinâmica comercial, à subida dos preços das matérias-primas e às melhores condições de financiamento. Tudo parecia relativamente bem quando, no final do ano passado, surgiram as pressões inflacionistas, as taxas de juro subiram e os estrangulamentos na cadeia de abastecimento regressaram, algo que se tem intensificado desde o início da guerra na Ucrânia.

Embora a guerra aumente a incerteza, nada, neste momento, sugere que voltaremos a uma profunda recessão como a que estávamos a viver. No entanto, a recuperação será mais lenta do que o esperado e exigirá medidas adicionais para articular um crescimento mais sólido. E só pode ser mais sólido se for sustentável e inclusivo e procurar a colaboração público-privada como alavanca aceleradora. As crises têm sido sempre um importante fator de mudança. Estou convencida de que a pan-

“ América Latina cresceu 6,3% no ano passado graças à dinâmica comercial, à subida dos preços das matérias-primas e às melhores condições de financiamento ”

demia, se formos capazes de compreender que esta é uma oportunidade para mudar a forma como vivemos e trabalhamos, e avançamos realmente para modelos económicos diferentes, não será uma exceção.

Uma das grandes lições que a pandemia nos deu é que não chegaremos a lado nenhum sozinhos; precisamos de ir juntos para enfrentar os grandes desafios globais tais como as alterações climáticas, a desigualdade económica e social, o fosso entre géneros, a pobreza e a fome, a acessibilidade aos serviços básicos... todos esses desafios e objetivos que estabelecemos em 2015, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A América Latina não pode perder este comboio, ao qual a digitalização tem dado mais urgência e velocidade. Pensemos, por exemplo, numa das deficiências expostas pela pandemia: o baixo nível de investimento em infraestruturas de saúde e educação na região. Não podemos ficar parados. Nem na saúde, nem na educação, nem noutras infraestruturas de

serviços básicos tais como estradas, ligações ferroviárias, portos e aeroportos, saneamento, energia... tudo o que impulsiona e estrutura o desenvolvimento e apoia o crescimento de um país.

Mas também não podemos ficar para trás em matéria de igualdade de género e inclusão financeira. O primeiro estrutura a sociedade ao integrar, a nível económico, empresarial e social, metade da população: as mulheres. E o segundo, a inclusão financeira, é o que permite pensar no futuro e sonhar com o progresso, seja criando uma pequena empresa ou simplesmente financiando estudos, uma casa melhor, outra oportunidade... Tudo aquilo que, em maior ou menor grau, se vai somando e é relevante para acabar com as bolsas de pobreza que ainda existem na região.

E, claro, não podemos ficar para trás na luta contra as alterações climáticas, porque a América Latina é uma das regiões mais afetadas pelos fenómenos climáticos extremos causados pelo aquecimento do planeta. Temos pouco a perder e muitíssimo a ganhar se avançarmos para a descarbonização completa das economias, cuja primeira etapa é o objetivo de zero emissões líquidas até 2050.

A América Latina deve dar um passo em frente para agarrar plenamente esta oportunidade. E esse passo em frente exige determinação e uma visão holística que permita passar de medidas defensivas e com objetivos a curto prazo para uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo. Isto requer a colaboração imprescindível entre o setor privado e o setor público. Sim, imprescindível, porque nem as políticas monetárias — que devem ser restritivas para conter a inflação — nem as políticas fiscais — com quase nenhuma margem de manobra após o pesado endividamento público durante estes anos de crise e pandemia — poderão ser plenamente implementadas ou, pelo menos,

“É necessário procurar o apoio do setor privado para enfrentar conjuntamente os grandes desafios que temos pela frente”

conforme necessário, no crescimento sustentável e inclusivo. É necessário procurar o apoio do setor privado para enfrentar conjuntamente os grandes desafios que temos pela frente e que, como dizia antes, não podemos resolver sozinhos. A lição aprendida na pandemia com as vacinas aponta o caminho.

A colaboração público-privada também ajudaria o mundo a recuperar a confiança, o que, para a América Latina, é um dos problemas mais prementes, tal como salientado no relatório do BID *La clave de la cohesión social y el crecimiento en América Latina y Caribe*. Mais transparência, instituições mais fortes, menos burocracia, mais compromisso social, mais produtividade, menos desigualdades, mais empreendedorismo, mais educação, mais inclusão financeira, mais diversidade, mais e melhor governação... Os países que se destacam nestas frentes não só levantarão voo mais depressa, como forjarão fundações sólidas, raízes tão profundas e enraizadas que será muito difícil serem facilmente abaladas e arrancadas.

Este é o lado bom desta oportunidade. Que o que se avança, consolida-se e impulsiona para avançar mais, tornando mais difícil dar passos atrás.

A AMÉRICA LATINA num MUNDO PÓS-COVID



José Ignacio López

Diretor-geral e Chefe da Investigação Económica na Corficolombiana / Colômbia

A América Latina foi uma das regiões mais afetadas pela pandemia. Em termos de saúde, a região acumula o maior número de mortes associadas ao Covid-19, com o Peru a encabeçar a infeliz lista a nível mundial com uma taxa de quase 6400 mortes por milhão de habitantes. Na esfera económica, a América Latina foi também a região que mais se ressentiu, com a atividade económica a cair 6,9% em 2020. As medidas não-farmacológicas implementadas para combater a pandemia, tais como quarentenas e restrições à mobilidade, tiveram um efeito devastador na economia da região caracterizada por um elevado nível de informalidade laboral e uma rede de proteção social insuficiente.

A região teve uma recuperação económica significativa em 2021, na sequência das campanhas de vacinação em diferentes países que permitiram a retomada de níveis de atividade semelhantes aos da pré-pandemia em alguns setores. No entanto, a normalização da atividade económica está longe de estar completa e existe uma heterogeneidade significativa entre países. O Chile e a Colômbia, por exemplo, atingiram, no final de 2021, níveis de atividade económica superiores aos de pré-pandemia em 4,9% e 2,8%, respetivamente. Por seu lado, o Peru e o Brasil apresentam uma taxa de recuperação ligeiramente positiva, com uma taxa bianual em 2021 em comparação a 2019 de 0,9% e 0,6%, na sua ordem. O México, o Peru, a Bolívia e a Argentina estão ainda com níveis de produção inferiores aos níveis de pré-pandemia.

“O Chile e a Colômbia atingiram níveis de atividade económica superiores aos de pré-pandemia em 4,9% e 2,8%, respetivamente”

Neste contexto, e sob o pressuposto de que a pandemia já começou a sua transição para endemia, a América Latina enfrenta um número significativo de desafios no mundo pós-COVID. O mais urgente tem que ver com o aumento acelerado dos preços ao consumo. De acordo com os inquéritos mais recentes, os analistas económicos esperam uma inflação para a América Latina de 7,8% até ao final deste ano, um aumento significativo em comparação com os 3,5% pré-pandemia. Este aumento da inflação, que inicialmente resultou de um desequilíbrio entre a oferta e a procura globais, mas agora foi exacerbado pelo conflitobélico na Europa, poderia pôr em risco a recuperação económica da região e aumentar a pobreza.

O choque nas matérias-primas e na energia associado ao conflito na Ucrânia está a aumentar significativamente os preços dos alimentos, que são os que mais pesam no cabaz de consumo das famílias mais vulneráveis. A região teve um retrocesso importante na luta contra a pobreza devido à crise económica em 2021 com um aumento de 30 milhões de pessoas que vivem com baixos rendimentos e uma taxa de pobreza extrema que, depois de ter atingido

níveis mínimos de 8,7% em 2010, retrocedeu para níveis de 13,8%.

O aumento da inflação global e o subsequente aumento das taxas de juros em muitas jurisdições, criará uma pressão adicional nas contas fiscais dos governos da região que também sofreram um grande revés durante a pandemia devido a necessidades de despesa do governo maiores e a uma menor coleta. Com menos espaço fiscal, os governos da região terão de reforçar as suas receitas tributárias sem afetar a recuperação económica mediante impostos progressivos, e aproveitar o auge associado aos preços mais elevados das matérias-primas exportadas. Os preços mais elevados do petróleo e do cobre podem ajudar a estabilizar as contas fiscais da região e a sustentabilidade dos programas sociais, se forem aproveitados de forma eficiente.

A região também precisa de melhorar as suas disposições institucionais em termos das parcerias público-privadas para continuar com os programas de investimento público num contexto de recursos limitados. O caso de sucesso das parcerias público-privadas no setor das infraestruturas da Colômbia deve ser um modelo que pode e deve ser alargado a outras dimensões e a outros países. Isto poderia reduzir os custos logísticos e melhorar a eficiência em matéria de transporte, armazenamento e distribuição de bens. Políticas focadas nestes aspetos podem ser fundamentais para ganhar em eficiência que permitam atenuar a pressão inflacionista associada a custos mais elevados dos insumos, particularmente, se focarem no setor agrícola.

“Os analistas económicos esperam que a inflação para a América Latina atinja 7,8% até ao final deste ano, um aumento significativo em relação aos 3,5% pré-pandemia”

Na mesma linha, gerar um ambiente regulador adequado que incentive a inovação e a transformação digital deve ser uma prioridade no contexto atual para que a região continue a melhorar em termos de inclusão digital e financeira a fim de avançar no aprofundamento financeiro para que as famílias tenham mais ferramentas na hora de atenuar choques adversos nos seus rendimentos como resultado do aumento dos preços aos consumidores.

Por fim, nesta conjuntura desafiante, a região deve procurar reforçar as suas redes de proteção social com programas que sejam eficazes na proteção dos mais vulneráveis e que, ao mesmo tempo, criem os incentivos para a inserção dessas famílias à formalidade através de uma melhoria dos programas de transferências condicionadas que contemplem incentivos à acumulação de capital humano.



O POTENCIAL da ARGENTINA para o DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL



Matías Kulfas

Ministro do Desenvolvimento Produtivo da Argentina / Argentina



Daniel Schteingart

Diretor do Centro de Estudos para a Produção (CEP XXI) / Argentina

A Argentina é um país com um enorme potencial de desenvolvimento económico e social sustentável, baseado nas suas capacidades tecnológicas e produtivas, na dotação de recursos naturais, trabalhadores e sistema educativo. Infelizmente, este potencial não tem sido plenamente explorado e o país tem passado por sucessivas crises económicas, instabilidade e falta de visão a longo prazo, o que tem limitado o seu desenvolvimento.

A Argentina é, hoje, um país de desenvolvimento intermédio, que acaba de atravessar uma dupla crise: uma crise macroeconómica que começou em abril de 2018 com uma forte saída de capital financeiro que revelou um profundo sobreendividamento do setor público, e a crise emergente após a pandemia do COVID-19.

Esta dupla crise levou-nos a redobrar os esforços. Por um lado, para trabalhar no ordenamento da crise macroeconómica herdada, destacando as ações do Ministério da Economia na reestruturação da dívida com credores privados e com o Fundo Monetário Internacional. Esta reestruturação permitiu, por um lado, recuperar a sustentabilidade da dívida com credores privados e gerar poupanças de 37,7 mil milhões de dólares para o país e, com o FMI, acordar um plano de facilidades alargadas que permita pôr em ordem a macroecono-

“O Plan Argentina Productiva 2030 procura planear o desenvolvimento produtivo, industrial e tecnológico para o resto da década”

mia sem fazer ajustamentos nos gastos reais. Por outro lado, os graves efeitos da crise do COVID-19 levaram à implementação de um pacote de assistência sem precedentes, que, em 2020, implicou um esforço de mobilização de recursos fiscais e financeiros equivalente a cerca de 7% do PIB, grande parte do qual é explicado pelo pagamento de salários a empresas do setor privado em crise (através de programas como o de Assistência ao Trabalho e à Produção e, depois, o de Recuperação Produtiva), pelas transferências de rendimentos para os setores mais vulneráveis, que foram os mais afetados pela redução da mobilidade resultante da pandemia (através do que ficou conhecido como o Rendimento Familiar de Emergência), e a expansão do financiamento para garantir a liquidez das empresas e dos trabalhadores independentes.

O inédito pacote de ajuda ao setor produtivo durante 2020 — que continuou em 2021, embora com um volume inferior, dada a melhoria da situação económica — foi crucial para evitar

“Os recursos orçamentais destinados às políticas de desenvolvimento aumentaram de 155 milhões de dólares em 2019 para cerca de 1,443 milhões de dólares em 2021”

uma catástrofe em matéria de produção e emprego. Como resultado, uma vez passado o pior da pandemia, a economia estava de novo numa via de recuperação acelerada, impulsionada especialmente pela indústria e também pelo complexo agrícola, energia, exploração mineira, construção e serviços baseados no conhecimento, tais como o software. Esta recuperação permitiu que, no final de 2021, a economia argentina tivesse recuperado não só o que foi perdido na pandemia, mas também em grande parte de 2018 e 2019. Durante o quarto trimestre de 2021, o PIB foi 3,4% mais elevado do que no mesmo período de 2019, com uma acentuada proeminência do investimento produtivo, que cresceu 29,5% em termos reais, uma das maiores recuperações a nível mundial. Graças à melhoria económica, a taxa de desemprego — que tinha atingido 13% no auge da pandemia — caiu para 7% no quarto trimestre de 2021, a mais baixa em mais de cinco anos. A melhoria do desemprego não se deveu ao efeito desencorajador de quem procurava emprego e não os encontrava, mas sim à criação real de emprego.

Esta forte melhoria ao longo de 2021 foi possível graças à atenuação dos danos em 2020, mas também graças ao notável progresso da campanha de vacinação (que, na Argentina, atingiu níveis muito elevados para a média mundial, com mais de 90% com uma dose e mais de 80% com uma vacinação completa), e ao forte peso que as políticas de desenvol-

vimento produtivo adquiriram no âmbito da agenda governamental.

Os recursos orçamentais destinados às políticas de desenvolvimento produtivo tiveram um salto notável de 2019, de 7519 milhões de dólares em 2019 (cerca de 155 milhões de dólares nesse ano) para 134 975 milhões em 2021 (cerca de 1443 milhões de dólares). Este aumento significativo dos recursos permitiu recuperar instrumentos cruciais da política produtiva, tais como o financiamento acessível ao setor produtivo. Para isso, reforçaram-se duas ferramentas cruciais: o Fundo de Garantias (FOGAR) e o Fundo de Desenvolvimento Produtivo (FONDEP). Enquanto o primeiro permite ao Estado atuar como fiador perante os bancos para que uma PME possa aceder ao crédito (algo relativamente difícil na Argentina), o segundo é essencial para poder subsidiar linhas de crédito para investimentos a longo prazo. Graças a estas ferramentas, mais de um milhão de pessoas singulares e coletivas receberam crédito em 2020-2022, 250 vezes mais do que em 2019. Graças a estas ferramentas, o crédito em valores constantes atingiu o nível mais alto desde 2018 no final de 2021, e a participação das PME no crédito em moeda local excedeu 50%, a marca mais elevada até agora no século XXI.

Além da recuperação do crédito produtivo, a política industrial teve outras ferramentas, incluindo o financiamento para os parques industriais e tecnológicos (uma ferramenta de ordenamento do território que é também importante para o desenvolvimento produtivo num país com grandes assimetrias regionais como a Argentina), a promoção do desenvolvimento de fornecedores (através do financiamento de empresas que apresentem projetos de investimento para serem fornecedores de certas cadeias estratégicas, tais como a energia, a exploração mineira, os transportes ou a saúde, entre outras), o fomento da economia

para o setor, que incluir os serviços informáticos, de I&D, a nano e biotecnologia, a indústria de satélites e aeroespacial, entre outras), a formação da população em pensamento computacional (através do curso gratuito Argentina Programa para aprender a programar, que teve um interesse sem precedentes por parte da população, com mais de 700 000 inscritos na fase inicial) e a redução dos impostos sobre a exportação nos bens manufaturados finais (que atingiram 0%).

Os resultados da implementação destas políticas mostraram os seus frutos: em 2021, a indústria transformadora cresceu 7% em relação a 2019, uma das recuperações mais rápidas do mundo. Entretanto, a economia do conhecimento tem vindo a bater recordes mês após mês: o seu principal motor, o software, aumentou o seu número de trabalhadores formais em 19% entre o final de 2019 e o final de 2021.

Mas, para além de gerir as vicissitudes da conjuntura — muito marcada pelos danos da pandemia —, a atual gestão fez um grande esforço para pensar no futuro do país, abrindo-se a novas agendas e planos para o resto da década. Pela primeira vez na Argentina, a dimensão ambiental e de género tornaram-se eixos estruturais da gestão das políticas de produção. Em julho de 2021, lançámos o Plano de Desenvolvimento Produtivo Verde, que consiste numa série de ferramentas para posicionar a Argentina como um ator ativo na transição energética global, incentivando a economia de hidrogénio com baixo teor de carbono e o desenvolvimento de fornecedores das energias limpas. Também, desde 2020, criou-se um Gabinete de Género no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Produtivo, com mais de 50 iniciativas com perspetivas de género, tais como várias linhas de financiamento para projetos produtivos liderados por mulheres. Trabalhámos também no de-

envolvimento de projetos regulamentares para a criação de novos setores produtivos na Argentina, tais como a canábis medicinal, a mobilidade elétrica e a indústria 4.0, todos eles com um enorme futuro.

Recentemente, em março de 2022, lançámos o Plano Argentina Produtiva 2030, que visa planear o desenvolvimento produtivo, industrial e tecnológico para o resto da década. O Plano toma a ideia de “políticas orientadas por missões” — elaborada pela economista italo-americana Mariana Mazzucato e, atualmente, muito em voga em várias partes do mundo — e propõe mobilizar o aparelho produtivo, científico e tecnológico para resolver desafios económicos, sociais, tecnológicos e ambientais do século XXI, desde o aquecimento global à saúde da população, passando pela digitalização, pelo emprego formal e pela geração de divisas.

Uma dessas dez missões será duplicar as exportações até 2030. As exportações são a principal fonte de divisas genuína numa economia como a Argentina, onde quase todas as crises económicas das últimas oito décadas foram geradas por problemas na balança de pagamentos.

Outra missão será o desenvolvimento da economia verde para acelerar a transição para a sustentabilidade ambiental, expandindo e reforçando o Plano de Desenvolvimento Produtivo Verde, através de uma maior promoção da economia do hidrogénio, dos fornecedores industriais nacionais das energias limpas, da eficiência energética, da economia circular e do fabrico nacional de veículos elétricos.

Outras missões centrar-se-ão no aumento da produção nacional para a saúde (vacinas, ensaios clínicos, canábis medicinal, equipamento médico, bio-similares, telemedicina), na adaptação da produção alimentar ao século

XXI (tornando a nossa agricultura mais resistente às alterações climáticas e aumentando a produção de proteínas e alimentos saudáveis), no equipamento das nossas forças armadas com tecnologias nacionais (drones, navios, satélites e vestuário de segurança, por exemplo), e na modernização dos nossos setores industriais tradicionais (para incentivar uma maior produtividade e uma maior criação de emprego registado).

“Argentina tem vindo a experienciar um dinamismo crescente de investimento na exploração mineira, particularmente no lítio e no cobre”

O Plano Produtivo terá também uma missão específica de incentivar a digitalização do aparelho produtivo e da Indústria 4.0. O desenvolvimento da exploração mineira, com cuidados ambientais rigorosos, é outra das dez missões promovidas pelo Plano. A exploração mineira é uma atividade subaproveitada na Argentina (com exportações inferiores a um décimo das do Chile, com quem a Argentina partilha a Cordilheira dos Andes) e estará em crescente procura, uma vez que a transição energética exigirá cada vez mais minerais. A Argentina tem vindo a experienciar um dinamismo crescente de investimento na exploração mineira, particularmente no lítio e no cobre. A industrialização do nosso setor primário será também considerada estratégica, com base no desenvolvimento de fornecedores industriais na exploração mineira, nos hidrocarbonetos, na pesca, na agricultura e no setor florestal. Desta forma, o objetivo é aumentar o emprego

indireto, o desenvolvimento tecnológico e a geração de divisas ligadas às nossas atividades primárias, que são também fundamentais para descentralizar a atividade produtiva, atualmente, demasiado concentrada na região metropolitana de Buenos Aires.

A Argentina está a emergir da crise da pandemia e também da crise que o governo que nos antecedeu deixou. E, para isto, é essencial pensar e planear o futuro a longo prazo. Daí, a criação do Plano Argentina Produtiva 2030. Porque queremos uma Argentina desenvolvida e com progresso para cada um dos seus habitantes, ano após ano. Porque queremos uma Argentina inteligentemente integrada no mundo, que possa tirar partido das novas oportunidades decorrentes dos desafios globais do século XXI: as alterações climáticas, a economia do conhecimento, o crescimento das classes médias emergentes. A Argentina tem um enorme potencial e estamos muito otimistas que, nos próximos anos, começará a materializar-se, com resultados visíveis para cada um dos habitantes deste país.

Uma **RECUPERAÇÃO ECONÓMICA SINUOSA:** **OTIMISMO** e **AMEAÇAS EXTERNAS**



Andrea Villareal

Diretora do Departamento Económico na Associação de Bancos Privados do Equador (Asobanca) / Equador

Toda a gente tem um plano até que leva um murro na boca. Esta famosa citação de Mike Tyson parece ressoar vezes sem conta nestes tempos de incerteza e ameaças externas. Primeiro, o Covid-19 deturpou a economia mundial e deixou de joelhos as cadeias mundiais de valor, a política económica, os preços das commodities, etc. Foi um shock de oferta e procura de que poucos conseguiram esquivar-se. A resposta a nível mundial veio sob a forma de estímulos fiscais — para os países que o conseguiram fazer — uma política monetária expansionista e pacotes de ajuda, com consequências a longo prazo que ainda estão por descobrir.

Após o auge da emergência sanitária, algumas economias conseguiram crescer, mas ainda não recuperaram os seus níveis pré-pandemia. No entanto, a incerteza voltou no final de 2021 devido ao surto de novas variantes. Um breve vislumbre de recuperação abrandou novamente no início de 2022, com os efeitos económicos da invasão russa da Ucrânia. A tão esperada recuperação, embora ainda visível, não deixará de ter um elevado grau de resiliência para os planos de qualquer nação, empresa ou governo, e o crescimento elusivo terá de ser construído sobre bases sólidas para que não volte a ruir.

Certamente, não podemos esperar resultados diferentes fazendo a mesma coisa vezes sem conta, e muito menos no ambiente em mudança de hoje. No Equador, um país onde,

“O Banco Central do Equador espera que o investimento aumente 4,9% em 2022, impulsionado por maiores injeções de capital nos setores petrolífero e mineiro”

durante muito tempo, foram enviados os sinais errados para o mundo, o investimento foi afastado, as dívidas estavam sob a ameaça de incumprimento e, de facto, está agora a emergir um panorama diferente, destinado a recuperar a credibilidade nacional e internacional, bem como a gerar um quadro que abre as portas a transformações económicas e financeiras.

De uma perspetiva económica, e dadas as limitações da política monetária do Equador — a moeda oficial é o dólar americano, pelo que não é possível imprimir dinheiro para dinamizar a economia — existem quatro fatores que estão a potenciar a recuperação económica do Equador em 2022: a evolução do crédito, o preço do petróleo, o acesso a financiamento externo e a atração do investimento.

O papel do crédito na recuperação

A dinamização do crédito em 2021, que acelerou quando as atividades económicas con-

“O Equador fechou em Fevereiro de 2022 com uma taxa de inflação anual de 2,71%, enquanto o Peru fechou em 6,1% e a Colômbia em 8%, a mais alta dos últimos cinco anos”

seguiram reabrir, é uma das principais razões para o melhor desempenho económico alcançado em 2021 e as expectativas deste ano. Neste contexto, mais de 6,9 milhões de novas operações de crédito foram desembolsadas por bancos privados entre janeiro e dezembro de 2021, ou seja, mais 13% do que em 2020 (790 000 operações adicionais).

Neste período, o banco colocou 25 551 milhões de dólares em novos empréstimos, o que representa um aumento de 9% em relação a 2020 (mais 2,116 milhões de dólares), de acordo com os números oficiais. Estes números são provas do apoio do setor bancário ao país no processo de recuperação. A concessão de novos empréstimos aos setores produtivos e às famílias equatorianas tornou possível manter e expandir as empresas, gerar mais emprego, aumentar a produtividade e alavancar a recuperação económica. Além disso, sete em cada dez dólares de novos empréstimos entregues entre janeiro e dezembro de 2021 destinaram-se aos setores produtivos (microcrédito, habitação, empresas e PME).

Nos primeiros dois meses de 2022, os novos empréstimos estão a crescer a uma taxa anual de 21% e o empréstimo de crescimento mais rápido é o microcrédito com um aumento de 50%. Dois anos após o início da pandemia, os bancos privados do Equador encontram-se só-

lidos e continuam a acompanhar a reativação através da concessão de créditos, o que tem contribuído para a recuperação da produção, a geração de emprego e a reativação do consumo no país.

Preço do petróleo

Os preços do petróleo permanecem em alta devido aos recentes acontecimentos na Ucrânia, mantendo o barril acima dos 100 dólares. Para o Equador, a moeda tem duas faces. Por um lado, significa receitas mais elevadas para o orçamento do Estado, mas, por outro, tem um efeito sobre o preço dos derivados do petróleo e outros produtos. O Equador terminou fevereiro de 2022 com uma taxa de inflação anual de 2,71%, enquanto o Peru terminou com 6,1% e a Colômbia com 8%, a mais alta dos últimos cinco anos. É vital mencionar que o país deve aproveitar a conjuntura do preço do petróleo, mas antecipar uma transição energética progressiva para as energias renováveis.

Acesso a financiamento

A possibilidade de voltar aos mercados internacionais com emissões obrigacionistas significa para o país a opção de ter fontes adicionais de recursos para financiar obras e projetos. A última vez que o Equador emitiu obrigações soberanas foi em setembro de 2019. A aprovação de alterações regulamentares em matéria de tributação, investimento e emprego, bem como o cumprimento do acordo do FMI e as medidas tomadas em matéria de reformas, estabelecem um cenário favorável para um potencial regresso aos mercados em 2023.

Investimento

O Banco Central do Equador espera que o investimento aumente 4,9% em 2022, impulsionado por uma maior injeção de capitais nos setores petrolífero e mineiro. Para o conseguir, são propostos vários mecanismos para reforçar o investimento, que atingiu apenas 1,1% do PIB no segundo trimestre de 2021.

Espera-se que a Assembleia aprove o projeto para atrair investimentos, que visa reformar a Lei e Parcerias Público-Privadas, melhorar o quadro regulamentar para as zonas de comércio livre e dinamizar o mercado de valores. Outra estratégia para atrair investimentos é a redução do Imposto de Saída de Divisas de 5% para 4%. Outro objetivo é conseguir uma maior abertura ao investimento privado no setor petrolífero. Está prevista a delegação de contratos de participação, em que a empresa privada investiria em troca de uma percentagem da produção petrolífera.

Por fim, o Equador está a tentar celebrar 10 tratados com mercados considerados estratégicos. O mais próximo é um acordo com o México para aderir à Aliança do Pacífico em 2022.

Apesar destes quatro elementos favoráveis, o Equador enfrenta grandes desafios em 2022. Internamente, é imperativo alcançar os acordos necessários para a governabilidade do país. Na esfera externa, o desafio mais latente é o impacto da guerra, que deixou as suas sequelas para todos. No caso do Equador, isto traduz-se numa menor exportação de bananas, camarões, flores, peixe e café, que, em 2021, representaram 1129 milhões de dólares para a área afetada (Rússia, Ucrânia, Armé-

“O impacto é também visível nas maiores importações de matérias-primas agrícolas, principalmente adubos e fertilizantes, uma vez que 38% destes produtos foram importados da Rússia, em 2021”

nia, Cazaquistão e Quirguizistão). O impacto é também visível nas maiores importações de matérias-primas agrícolas, principalmente adubos e fertilizantes, uma vez que 38% destes produtos foram importados da Rússia, em 2021. Além disso, com a valorização do dólar, o país será menos competitivo nos mercados internacionais.

A economia equatoriana, tal como muitas outras, terá de estar preparada para ultrapassar obstáculos numa estrada sinuosa e, apesar das boas perspetivas, procurar alternativas num ambiente em mudança.

QUAL é a sua **MISSÃO?**



Jordi Sevilla

Senior Advisor, membro do Conselho Consultivo e Diretor da Área Contexto Económico / Espanha

complexo, com dinâmicas carregadas de cisnes negros e problemas que esmagam os governos nacionais, mas que nem o mercado nem o setor privado são capazes de resolver sozinhos. A única certeza que podemos afirmar é que quase tudo o que aprendemos no século XX foi posto de lado por desenvolvimentos sociais, tecnológicos e naturais que transcendem o que conhecemos.

A globalização, as alterações climáticas e a Inteligência Artificial são três vetores de mudança suficientemente poderosos por si só, e na sua inter-relação, para explicar esta nova situação em que o velho já não é útil e o novo está a nascer. Nunca antes os seres humanos tiveram de enfrentar desafios tão perturbadores e abrangentes que nos afetassem diretamente como espécie ao ponto de nos fazer questionar o próprio significado do nosso ser. Perante isto, as políticas públicas tradicionais ou o velho nacionalismo são inócuos, por muito familiares que nos possam parecer: nem pandemias, nem alterações climáticas, nem a possibilidade real de transumanismo, nem a consciência de que a fome e a desigualdade extrema no mundo podem ser superadas encaixam nos esquemas clássicos de público/privado. Face a estes problemas, nem o Estado é o problema e o mercado a solução, nem o contrário.

É necessário encontrar novos protagonistas e conceber novas formas de intervenção na esfera social capazes de enfrentar desafios que são, pela primeira vez, tanto globais como transversais. Em rigor, a única coisa totalmente salvável da doutrina do século XX seriam os direitos

“ Se os governos estabelecerem regras e procedimentos para a separação de resíduos e lixo, mas cada um de nós, individualmente, não o fizer em casa, será de pouca utilidade ”

humanos proclamados pela ONU, aplicados às suas últimas consequências, numa altura em que a espécie humana se sobrepõe ao indivíduo como sujeito histórico.

O século XXI iniciou a sua viagem pela história empurrado por quatro ventos: a globalização como método de entrelaçar os interesses das nações, pondo fim às guerras e à pobreza; a digitalização como revolução capaz de criar e unir um mundo único graças ao impulso unificador da mesma tecnologia; a desregulamentação, o mercado capaz de se equilibrar, sem crises e a preferência pelo Estado mínimo, como peças do edifício social que induz o crescimento; e, por último, a convicção de que a luta contra as alterações climáticas tinha sido posta em marcha desde a aprovação do Protocolo de Quioto em 1997, com o acordo de 81 países.

Em apenas vinte anos, os quatro ventos foram derrubados. Em 2008, através de uma crise dos mercados financeiros desregulamentados, da qual o Estado nos retirou como salvador; da tecnologia dos dados invasiva da privacidade e do capitalismo de vigilância; do ressurgimento dos blocos – não só tecnológicos, mas também

políticos – em torno dos Estados Unidos e da China, com a recente incorporação da Rússia após a guerra na Ucrânia que levou à sua exclusão do sistema económico mundial e, por fim, da tomada de consciência de que, apesar de declarações enfáticas como o Acordo de Paris (2015), estamos longe de reduzir as emissões de CO2 para o nível exigido, enquanto as ligações entre ações humanas como a desflorestação e o surgimento de pandemias como o COVID são evidentes devido à maior probabilidade de os vírus animais saltarem para os humanos.

Precisamos de um novo paradigma para compreender o que está a acontecer e, sobretudo, de um novo esquema de ação social que seja eficaz para lidar com ele quando as relações tradicionais entre público e privado, individual e coletivo se tiverem desmoronado. Os métodos atuais de gestão são inadequados para enfrentar os desafios do século XXI. Dois exemplos servirão para evidenciar este ponto.

Por um lado, o desafio para a espécie humana colocado pelas possibilidades abertas pela Inteligência Artificial não se enquadra nos esquemas clássicos de Estado-empresas porque vai além dos objetivos e das funções conhecidos de ambos os agentes. Se as empresas se estão a afastar do acionista como único objetivo do capitalismo de stakeholders, os Estados devem modernizar as suas estruturas e funções para se adaptarem às novas responsabilidades exigidas.

Por outro lado, se os governos estabelecerem normas e procedimentos para a separação de resíduos e lixo, mas cada um de nós, individualmente, não o fizer em casa, de pouco servirá. Assim, as responsabilidades públicas/privadas e individuais/coletivas têm de ser congregadas de forma diferente face aos novos desafios, e tanto os governos como as empresas têm de rever o seu propósito e a sua governação corporativa. É aqui que a nova proposta da União Europeia, inspirada na professora Mariana Mazzucato, de

ordenar as prioridades coletivas e organizar as estratégias e os recursos utilizados em torno do conceito de “Missões” que põe fim, de forma brilhante, ao clássico de “Assuntos Públicos” como o espaço tradicional para organizar as relações entre o público e o privado. Atualmente, tanto a esfera pública como a privada são responsabilidade de todos, porque ninguém, por si só, é capaz de enfrentar isto. Vimo-lo com a pandemia que desencadeou a cooperação entre governos e empresas a níveis sem precedentes, apelando, ao mesmo tempo, não só às normas (restrições), mas também à responsabilidade individual de as cumprir.

A grande descoberta política do século XXI está a ser que o valor social surge da interação entre os setores público e privado e a sociedade civil, geridos de forma diferente, com propósitos compatíveis e criando conjuntamente benefícios mútuos. Tal como definido pela Comissão Europeia, as missões são um instrumento novo e ambicioso baseado na ideia de que os desafios complexos requerem a ativação de esforços coordenados entre governos, bem como entre governos e empresas e indivíduos, em torno de objetivos claros, capazes de mobilizar os recursos necessários para transformar a sociedade.

A organização da gestão social em torno do conceito de missões requer mudanças importantes na forma de gerir o público e o privado, bem como as suas relações tradicionais, de modo a entrar numa nova dinâmica para além dos velhos conceitos e das ações de lobby ou de assuntos públicos. Está a surgir um novo espaço de inter-relação para governos, empresas e sociedade civil, onde devem cooperar em vez de se confrontarem, como acontecia tradicionalmente.

Quem assumir este encontro, com a abordagem de “missão”, prestará um grande serviço à coletividade. À altura do século XXI.



Prémios

conseguidos por UNO



COMMUNICATOR
AWARDS 2020
(Online video: Writing)



INTERNATIONAL
BUSINESS AWARDS 2020
*Best House Organ (internal publication)
for General Audience*



SILVER WINNER
*na categoria
Best House Organ*

EIKON

EIKON DE PLATA 2016
*na categoria Publicações
Institucionais - Multimedia*



2016 AWARD
OF EXCELLENCE
*na categoria
Websites - Revista*



SILVER WINNER
*na categoria
Design - Illustration*



GRAND WINNER
*Best of Magazines
Overall Presentation*



GOLD WINNER
*na categoria
Best House Organ*

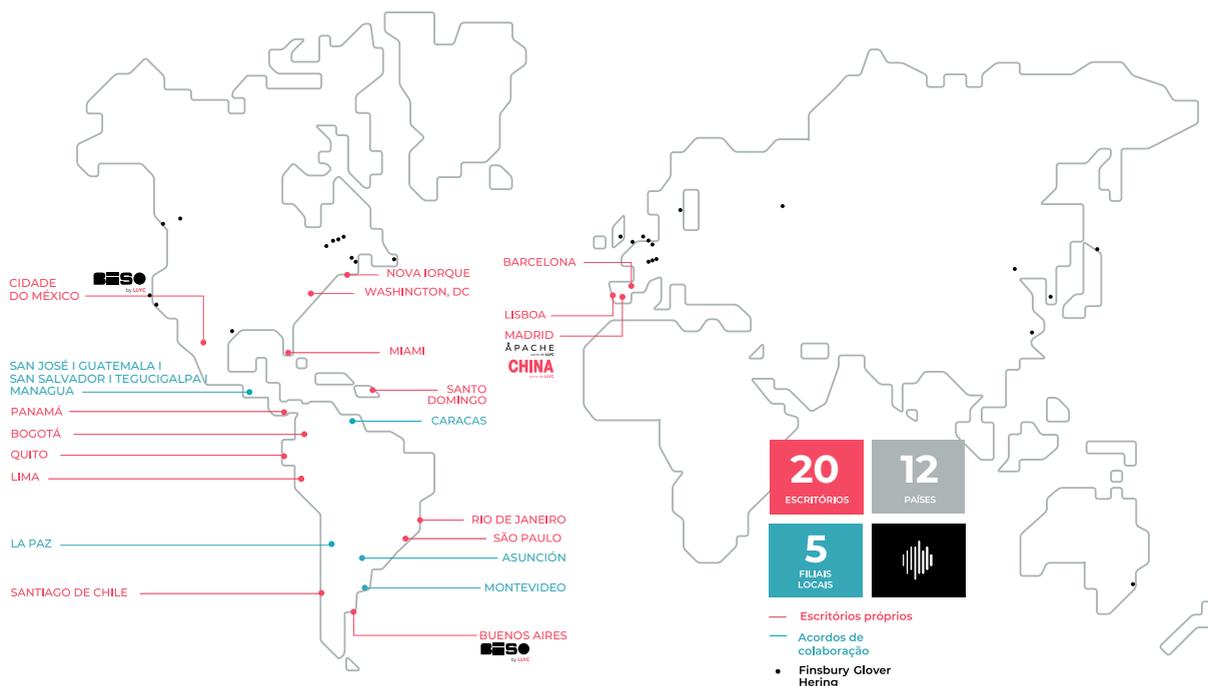
LLYC

A LLYC é uma empresa global de consultoria de comunicação, marketing digital e assuntos públicos, que ajuda os seus clientes na tomada de decisões estratégicas de forma proativa, com a criatividade, inovação e experiência necessárias, e na sua execução minimizando os riscos, aproveitando as oportunidades e considerando sempre o impacto reputacional. No atual contexto disruptivo e incerto, a LLYC contribui para os seus clientes alcançarem as suas metas de negócio a curto prazo e para fixarem uma rota, com uma visão a longo prazo, para defender a sua licença social para operar e aumentar o seu prestígio.

A LLYC (BME:LLYC) está cotada na bolsa de valores alternativa espanhola, BME Growth. Atualmente, a LLYC tem 20 escritórios na Ar-

gentina, no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), na Colômbia, no Chile, no Equador, em Espanha (Madrid e Barcelona), Estados Unidos (Miami, Nova Iorque e Washington, DC), no México, no Panamá, no Peru, em Portugal e na República Dominicana. Além disso, presta os seus serviços através de empresas afiliadas no resto dos mercados da América Latina.

A LLYC é um membro associado da consultoria global Finsbury Glover Hering. Esta aliança oferece aos clientes da empresa acesso a uma rede de mais de 700 profissionais de comunicação em todo o mundo, em 18 escritórios localizados em Nova Iorque, Abu Dhabi, Pequim, Berlim, Bruxelas, Dubai, Dublin, Dusseldorf, Frankfurt, Hong Kong, Londres, Los Angeles, Moscovo, Riade, Shanghai, Singapura, Tóquio e Washington.



DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero
Sócio e CEO para as Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Chief Strategy and Innovation Officer
acorujo@llorenteycuenca.com

Luis Miguel Peña
Sócio e Chief Talent Officer
lmpena@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Sócio e Diretor-geral Regional
jgozzer@llorenteycuenca.com

Marta Guisasaola
Sócia e Chief Financial Officer
mguisasaola@llorenteycuenca.com

Albert Medrán
Diretor Corporativo
amedran@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña
Diretor Jurídico & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

Daniel Fernández Trejo
Chief Technology Officer
dfernandez@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e Global Controller
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente de Advocacy para a América Latina
amendezalopez@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Luisa García
Sócia e CEO
lgarcia@llorenteycuenca.com

Arturo Pinedo
Sócio e Chief Client Officer
apinedo@llorenteycuenca.com

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-geral
mcura@llorenteycuenca.com

Óscar Iniesta
Sócio e Diretor Sénior
oiniesta@llorenteycuenca.com

Gina Rosell
Sócia e Diretora Sénior
grosell@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1^o-1^a
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Jorge López Zafra
Sócio e Diretor-geral
jlopez@llorenteycuenca.com

Juan Navarro
Sócio e Vice-presidente Relações Públicas
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sénior Esporte e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sénior Crise e Riscos
ipino@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Lisboa

Tiago Vidal
Sócio e Diretor-geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5^o Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00



Madrid

Jesús Moradillo
CEO
jesus@apachedigital.io

Luis Manuel Núñez
Diretor-geral US
luis@apachedigital.io

David Martín
Diretor-geral LATAM
david@apachedigital.io

Arturo Soría 97A, Planta 1
28027 Madrid
Tel. +34 911 37 57 92



Madrid

Marta Aguirrezabal
Sócia Fundadora e Diretora Executiva
marta.aguirrezabal@chinamadrid.com

Pedro Calderón
Sócio Fundador e Diretor Executivo
pedro.calderon@chinamadrid.com

Rafa Antón
Sócio Fundador e Diretor Criativo e de Estratégia
rafa.anton@chinamadrid.com

Velázquez, 94
28006 Madrid
Tel. +34 913 506 508

ESTADOS UNIDOS

Alejandro Romero
Sócio e CEO para as Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Felipe Muñoz
CEO US
fmunoz@llorenteycuenca.com

Erich de la Fuente
Chairman
edela Fuente@llorenteycuenca.com

Javier Marín
Diretor Sénior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

Miami

Dario Alvarez
Diretor Executivo
dalvarez@llorenteycuenca.com

600 Brickell Avenue
Suite 2125
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nueva York

Juan Felipe Muñoz
CEO US
fmunoz@llorenteycuenca.com

3 Columbus Circle
9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

Washington DC

Francisco Márquez Lara
Diretor
fmarquez@llorenteycuenca.com

1025 F st NW 9th Floor
Washington DC 20004
United States
Tel. +1 202 295 0178

REGIÃO NORTE

David G. Natal
Sócio e Diretor-geral Regional
dgonzalez@llorenteycuenca.com

Javier Rosado
Sócio e Chief Client Officer para as Américas
jrosado@llorenteycuenca.com

Cidade do México

Mauricio Carrandi
Diretor-geral
mcarrandi@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14, Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600, Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Javier Marín
Diretor Sénior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

Panamá

Manuel Domínguez
Diretor-geral
mdominguez@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower
Piso 9, Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor-geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702
Tel. +1 809 6161975

San José

Pablo Duncan - Linch
Sócio Diretor
CLC Comunicación | Afiliada LLYC
pduncan@clcgloba.cl

Del Banco General 350 metros oeste
Trejos Montealegre, Escazú
San José
Tel. +506 228 93240



Cidade do México

Federico Isuani
Co Founder
federico.isuani@beso.agency

José Beker
Co Founder
jose.beker@beso.agency

Av. Santa Fe 505, Piso 15,
Lomas de Santa Fe
CDMX 01219
Tel. +52 55 4000 8100

REGIÃO ANDINA

Maria Esteve
Sócia e Diretora-geral Regional
mesteve@llorenteycuenca.com

Bogotá

Marcela Arango
Diretora-geral
marango@llorenteycuenca.com

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. - Colombia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Gonzalo Carranza
Sócio e Diretor-geral
gcarranza@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Carlos Llanos
Sócio e Diretor-geral
cllanos@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

REGIÃO SUL

Mariano Vila
Sócio e Diretor-geral Regional
mvila@llorenteycuenca.com

São Paulo

Thyago Mathias
Diretor-geral
tmathias@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Thyago Mathias
Diretor-geral
tmathias@llorenteycuenca.com

Rua Almirante Barroso, 81
34^o andar, CEP 20031-916
Rio de Janeiro
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

María Eugenia Vargas
Diretora-geral
mevargas@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago de Chile

Marcos Sepúlveda
Diretor-geral
msepulveda@llorenteycuenca.com

Avda. Pdte. Kennedy 4.700 Piso 5,
Vitacura
Santiago
Tel. +56 22 207 32 00
Tel. +562 2 245 0924



Buenos Aires

Rodrigo Gorosterrazú
Diretor-geral Criativo
rodrigo.gorosterrazu@beso.
agency

El Salvador 5635, Buenos Aires
CP. 1414 BQE, Argentina

